

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A evolução dos investimentos chineses no sistema energético brasileiro:
implicações para a soberania e o desenvolvimento**

Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho

Porto Alegre

2019

CARLOS RENATO DA FONSECA UNGARETTI LOPES FILHO

**A evolução dos investimentos chineses no sistema energético brasileiro: implicações
para a soberania e o desenvolvimento**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Brandalise.

Porto Alegre

2019

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a evolução dos investimentos externos chineses no sistema energético brasileiro, bem como avaliar as implicações e desafios desse processo para o desenvolvimento econômico e para a soberania nacional. Com base nos pressupostos da História Global e de uma perspectiva sistêmica, a estrutura do trabalho encontra-se delineada para, em um primeiro momento, compreender a ascensão chinesa no sistema mundial, de modo a conectar esse fenômeno às relações sino-brasileiras e seu estreitamento a partir do século XXI. Em segundo momento, o objetivo passa a ser a análise da evolução da cooperação energética sino-brasileira, tendo como base documentos de ordem político-diplomática. Posteriormente, é realizado um mapeamento dos Investimentos Externos Diretos (IED) no sistema energético brasileiro, com destaque para os setores elétrico e de petróleo e gás, bem como para o protagonismo das empresas estatais chinesas atuantes em ambos os setores. A partir desse mapeamento, foi realizada uma avaliação a respeito das implicações e desafios desses investimentos para o desenvolvimento e a soberania nacionais, tendo em vista aspectos como a segurança energética brasileira e a nova geopolítica energética. Considerando que a pesquisa se justifica com base no campo de estudos conhecido como História do Tempo Presente, foram estabelecidas conjecturas associadas aos desafios vinculados ao padrão do IED chinês no sistema energético brasileiro, caracterizado pela busca de recursos naturais e aquisição de ativos estratégicos. Sublinhou-se, nesse sentido, a carência de um projeto nacional de desenvolvimento assentado em uma visão estratégica e de longo prazo, entendido enquanto crucial para absorver o excedente de capitais chineses e converter o gigante asiático como um parceiro estratégico do desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Brasil. China. Energia. Investimento. Soberania. Desenvolvimento. História Global. História do Tempo Presente.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the evolution of Chinese foreign investments in the Brazilian energy system, as well as to evaluate the implications and challenges of this process for economic development and national sovereignty. Based on the assumptions of Global History and a systemic perspective, the structure of the work is outlined to, at first, understand the Chinese rise in the world system, in order to connect this phenomenon to Sino-Brazilian relations and its narrowing from 21st century. Secondly, the objective becomes the analysis of the evolution of Sino-Brazilian energy cooperation, based on political-diplomatic documents. Subsequently, a mapping of Foreign Direct Investment (FDI) is carried out in the Brazilian energy system, highlighting the electricity and oil and gas sectors, as well as the role of Chinese state-owned companies operating in both sectors. From this mapping, an assessment was made of the implications and challenges of these investments for national development and sovereignty, considering aspects such as Brazilian energy security and the new energy geopolitics. Considering that the research is justified based on the field of study known as History of the Present Time, conjectures associated with the challenges linked to the Chinese FDI pattern in the Brazilian energy system, characterized by the search for natural resources and acquisition of strategic assets, were established. In this regard, it was underlined the lack of a national development project based on a strategic and long-term vision, understood as crucial for absorbing the surplus of Chinese capital and converting the Asian giant as a strategic partner of national development.

Keywords: Brazil. Energy. Investment. Sovereignty. Development. Global History. History of the Present Time.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 A ASCENSÃO CHINESA E RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS	10
2.1 A ASCENSÃO CHINESA E O SISTEMA MUNDIAL.....	10
2.2 A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI.....	16
2.2.1 A cooperação energética sino-brasileira.....	28
3 A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO SISTEMA ENERGÉTICO E SUAS IMPLICAÇÕES E DESAFIOS.....	33
3.1 A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO SETOR ENERGÉTICO..	34
3.2 A CHINA COMO DESAFIO E OPORTUNIDADE	42
3.2.1 Segurança Energética e impactos e desafios ao desenvolvimento.....	43
3.2.2 Segurança Energética e impactos e desafios para a soberania.....	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho encontra-se inserido dentro do campo conhecido como História das Relações Internacionais, circunscrito, ainda, dentro da área de História da Política Externa Brasileira. Considerando a proposta a ser apresentada, reafirma-se a relevância dos historiadores analisarem temas relativos aos desdobramentos contemporâneos da economia política internacional e de suas implicações e desafios.

Em termos de delimitação, o trabalho busca analisar o relacionamento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China (RPC) ao longo do século XXI. A escolha por esse corte temporal se justifica à medida em que, no início dos anos 2000, a China lança a sua estratégia *Going Global* e se consolida enquanto como um dos principais parceiros econômico-comerciais tanto do Brasil quanto do restante da América Latina. Ademais, é importante ressaltar que o relacionamento político-diplomático entre Brasil e China passa por avanços com o final da Guerra Fria, intensificando-se com o advento do século XXI.

Lançada em 2001, a política *Going Global*, que constitui uma estratégia voltada à internacionalização de empresas chinesas (CINTRA; PINTO, 2017), contribuiu para o incremento dos investimentos e da presença de empresas chinesas operando no Brasil, sobretudo após o ano de 2010. O setor energético, nesse sentido, acabou se constituindo enquanto o principal setor objeto de investimentos chineses. Diante disso, elaborou-se o problema de pesquisa da seguinte forma: **Como tem se dado a evolução dos investimentos chineses no sistema energético brasileiro e quais as implicações e os desafios desse processo para a soberania e o desenvolvimento econômico?**

O **objetivo geral** do trabalho consiste em analisar a evolução dos investimentos chineses no sistema energético brasileiro e avaliar as suas implicações e desafios para a soberania e o desenvolvimento. Os **objetivos específicos** são: a) compreender o processo da ascensão da China e os seus impactos para o Brasil e para as relações sino-brasileiras; b) identificar a evolução dos investimentos chineses no setor energético brasileiro; c) avaliar as implicações e os desafios desses investimentos para a soberania para o desenvolvimento.

Em relação às justificativas, ressalta-se, sob a perspectiva acadêmica, a relevância de historiadores se debruçarem sobre questões associadas ao tempo presente. As perspectivas associadas à História do Tempo Presente (HTP) apontam no sentido de que esta se constitui enquanto intersecção entre o presente e a longa duração, permitindo, por meio da mediação,

a tentativa de saber como o presente é construído no tempo (DOSSE, 2012). A singularidade da HTP reside na contemporaneidade do não contemporâneo (DOSSE, 2012). Isto é, a HTP, ao atuar sob uma lógica de diálogo contínuo entre presente e passado, caracteriza-se como uma história que analisa processos inacabados ou que ainda não se encerraram (BOEIRA; WEISSHEIMER, 2016). Entende-se que a HTP pode ser pensada

(...) como uma história que analisa processos inacabados. Contudo creio que o termo “inacabado” não seja o mais adequado ou inconcluso [...] Quando falo inacabado refiro-me às tensões que o presente experimenta e a partir delas surge a ânsia de investigação [...] Ao mesmo tempo, a História do Tempo Presente atua na perspectiva de que Bloch e Febvre elucidaram, onde os historiadores deveriam realizar um diálogo contínuo entre presente e passado. A própria ideia de que somente o passado é o objeto da História é estranha [...] Qualquer pesquisador, não apenas os historiadores, escreve a partir do seu tempo presente. A diferença entre aqueles que trabalham com a História do Tempo Presente em relação a outros historiadores é que nós produzimos uma História cujo passado ainda não tem um futuro, ou seja, ele não está totalmente fechado. Isso constrói verdades precárias, frágeis, mas necessárias (BOEIRA; WEISSHEIMER, 2016, p.285).

Diante dessa caracterização, se reconhece a importância de apreender as transformações no sistema internacional contemporâneo, cujas dinâmicas do período pós-Guerra Fria reservam para a China um espaço de protagonista. Igualmente importante são as implicações da ascensão chinesa no Brasil, uma vez que o país asiático se tornou o principal parceiro comercial brasileiro e uma das principais fontes de Investimento Externo Direto¹ (IED). Por outro lado, salienta-se que a análise proposta, ao questionar as implicações e os desafios da crescente presença econômica da China no Brasil, traz à tona temas que se encontram no centro de debates na esfera política e da sociedade civil.

Em termos teórico-metodológicos, o trabalho se guia por uma perspectiva sistêmica e associada à História Global. Considerando que a teoria remete a uma maneira de ver o mundo ou de compreender o campo de fenômenos que estão sendo examinados (BARROS, 2005), coloca-se que o trabalho pretende analisar as relações sino-brasileiras a partir de um olhar sistêmico e global, valorizando as relações entre diferentes causalidades operando em larga escala (CONRAD, 2016). Em relação à perspectiva sistêmica adotada pelo trabalho, destacam-se as contribuições de Giovanni Arrighi (1997; 2008), sobretudo com a proposição do conceito de ciclo sistêmico de acumulação, que por sua vez permeia o entendimento

¹ Por IED entende-se um investimento que envolve um relacionamento de longo prazo e reflete um interesse e controle duradouros por uma entidade residente em uma economia em uma empresa residente em uma outra economia (UNCTAD, 2017). Ou seja, o IED constitui o movimento de capital de uma nacionalidade para outra, com um fim duradouro, e com o interesse de participação em uma empresa (VADELL, 2018)

acerca dos processos históricos de transição sistêmica e do fenômeno de renascimento econômico da Ásia Oriental (ARRIGHI, 2008).

A opção pela utilização das contribuições provenientes da História Global encontra-se associada à intensificação do processo de globalização a partir da década de 1990, que se caracteriza, entre outras questões, pela expansão do escopo de atuação de empresas multinacionais, abertura de mercados em escala global, crescentes fluxos de capital e de investimento e, conforme mencionado, pelo renascimento econômico da Ásia Oriental (ARRIGHI, 1997; 2008). Esse processo de ascensão da Ásia Oriental está intimamente associado às transformações do sistema mundial ao longo da segunda metade do século XX e à ascensão da China.

Em suma, defende-se a ideia de que a História Global, imbuída de uma perspectiva sistêmica relativa à ascensão chinesa e de suas implicações ao sistema internacional, serve ao propósito de subsidiar a compreensão da evolução da posição relativa de Brasil e China na hierarquia de poder e riqueza internacionais. Sustenta-se a tentativa de se apreender, sob uma ótica “global” e “sistêmica”, o processo de ascensão da China, por sua vez inserida no núcleo do atual processo de transição sistêmica (ARRIGHI, 1994; ARRIGHI, 2008). Ora, o que se busca é a verificação se as relações sino-brasileiras se enquadram em uma lógica de *Cooperação Sul-Sul* ou se, por outro lado, reproduzem, com novos contornos, interações de caráter Norte-Sul, podendo estas serem entendidas enquanto uma *interdependência assimétrica* (VADELL, 2013).

Ademais, a perspectiva ampliada da presente pesquisa, embora possa vir a significar uma debilidade analítica, possibilita, conforme mencionado, a compreensão de diferentes causalidades operando em larga escala (CONRAD, 2016). Defende-se a ideia de que essa possibilidade proporciona a realização de uma análise complexa e que visa relacionar o papel da China no atual processo de transição sistêmica e as suas correlações com as relações Brasil-China, sobretudo no campo da energia. Isto ocorre na medida em que análises sistêmicas permitem a identificação de condicionantes sistêmicos que influenciam o comportamento dos atores em um sistema interestatal.

Em termos metodológicos, reitera-se que a História Global, ao propor uma mudança de escala historiográfica, demanda novos métodos de pesquisa (SANTOS JÚNIOR, 2017; SOCHACZEWSKI, 2017). Entre as diferentes abordagens voltadas a “pensar a história globalmente”, Olstein (2015) propôs a ideia de que são necessários 4 C’s: i) conectar; ii) comparar; iii) conceitualizar; iv) contextualizar. Os 4 C’s propostos por Olstein (2015) encontram ressonância no presente trabalho, visto que se pretende: i) *conectar* o processo de

ascensão da China e suas implicações ao relacionamento sino-brasileiro; ii) *comparar* a posição relativa de Brasil e China na hierarquia de poder e riqueza internacionais; iii) *conceitualizar* as relações sino-brasileiras; iv) *contextualizar*, sob uma perspectiva histórica e sistêmica, a crescente presença econômica da China no Brasil, com destaque para a evolução dos investimentos chineses no sistema energético brasileiro no século XXI.

Em relação às fontes, salienta-se que o trabalho realizará uma pesquisa multiarquivo, isto é, uma pesquisa que envolve tanto fontes primárias quanto secundárias. Considerando esse caráter multiarquivo, o trabalho contará principalmente com o apoio de documentos de ordem político-diplomática, bem como de dados e relatórios provenientes de entidades nacionais e internacionais, de natureza pública e privada. Os documentos associados às relações bilaterais encontram-se, em sua maioria, na obra, organizada por Sérgio Eduardo Moreira Lima (2016), intitulada *Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas*, produzida pela FUNAG. A referida obra apresenta importantes documentos das relações sino-brasileiras, separando-os em três capítulos (anexos): a) Atas das Sessões da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN); b) Comunicados, declarações conjuntas e discursos; c) Outros documentos.

No que diz respeito às Atas das Sessões da COSBAN (Anexo A), a obra disponibiliza as Atas das quatro primeiras Sessões Plenárias (2006, 2012, 2013 e 2015). Em relação ao Anexo B, dedicado à apresentação de comunicados, declarações conjuntas e discursos, há a disponibilização de relevantes documentos para o propósito da pesquisa: i) Comunicado Conjunto da Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China (2004); ii) Comunicado Conjunto da Visita do Presidente Luiz Inácio da Silva à China (2009); iii) Comunicado à Imprensa - Visita ao Brasil do presidente República Popular da China, Hu Jintao (2010); iv) Comunicado Conjunto da Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff (2011); v) Comunicado Conjunto da Visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil (2012); vi) Declaração Conjunta da Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil (2014); vii) Declaração Conjunta da Visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil (2015). O Anexo C disponibiliza outros documentos úteis ao desenvolvimento do trabalho: i) Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2010-2014); ii) Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021); iii) Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2015-2021).

Os capítulos que seguem essa introdução são os seguintes: 2) a ascensão chinesa e relações sino-brasileiras; 3) a evolução dos investimentos chineses no sistema energético brasileiro e suas implicações e desafios; e 4) considerações finais. No capítulo 2, o objetivo consiste em, primeiramente, oferecer uma apresentação abrangente a respeito da ascensão da

China, de modo a *conectar* esse processo e suas implicações para as relações sino-brasileiras. Em um segundo momento, a finalidade é expor a evolução das relações Brasil-China, de modo a identificar os seus avanços, recuos e redefinições ao longo do século XXI, bem como *comparar e conceitualizar* a posição relativa de ambos os países na hierarquia de poder e riqueza internacional. A partir disso, pretende-se mostrar o desenvolvimento da cooperação energética sino-brasileira, que ocorrerá por meio da análise de documentos de ordem político-diplomática, com destaque aos documentos supracitados e ao Protocolo de Energia e Mineração (2009).

O capítulo 3 visa mapear o IED chinês no Brasil e ilustrar a sua concentração no setor energético. Por meio de dados obtidos com a plataforma *China Global Investment Tracker* (CGIT) e com os relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), se descreverão os principais investimentos e aquisições chinesas no sistema energético brasileiro. Os setores de petróleo e gás e de energia elétrica serão priorizados, uma vez que concentram a maior parte dos investimentos. Após o mapeamento do IED chinês no setor energético, será realizada uma avaliação a respeito das implicações e desafios para o desenvolvimento econômico e a soberania nacionais. Essa avaliação, além de levar conta o conceito de segurança energética e sua aplicabilidade ao tema da pesquisa, contará com a descrição e a análise de indicadores e dados fornecidos por instituições como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Por fim, delinear-se-ão algumas considerações e conjecturas a respeito das implicações do IED chinês no sistema energético, tendo em vista a possibilidade, oferecida pela HTP, de historiadores se ocuparem em traçar perspectivas relativas à processos históricos ainda inacabados.

2 A ASCENSÃO CHINESA E RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

Nesta seção, pretende-se contextualizar, de forma breve, o processo de ascensão chinesa, com destaque para o período posterior à introdução da política de Reforma e Abertura, a fim de relacioná-la com as dinâmicas da economia mundial em um contexto de renascimento da Ásia Oriental (ARRIGHI, 2008). A partir disso, fica facilitada a compreensão dos fatores que levaram ao exponencial crescimento chinês e as motivações em torno da projeção chinesa no Brasil no século XXI. Por outro lado, essa contextualização permite um entendimento geral a respeito da política *Going Global*, lançada no início do século XXI com o objetivo de internacionalização da economia chinesa e de suas empresas.

2.1 A ASCENSÃO CHINESA E O SISTEMA MUNDIAL

Ao longo desta subseção se buscará demonstrar o processo de ascensão chinesa e a sua incorporação à economia mundial após a introdução das reformas econômicas capitaneadas por Deng Xiaoping. Primeiramente, se mostrará de que forma ocorreu o processo de Reforma e Abertura, caracterizado pela busca da modernização socialista e da implementação das Quatro Modernizações. Posteriormente, se buscará expor a inserção da China nas dinâmicas econômicas regionais e globais, a fim de ilustrar como o país se consolidou como a “terceira onda” de desenvolvimento da Ásia Oriental, tornando-se tanto produto como causa das transformações que, desde a década de 1970, encontram-se em curso no sistema internacional (ARRIGHI, 2008; FIORI, 2008).

O restabelecimento das relações político-diplomáticas da RPC com os Estados Unidos em 1971 constituiu um prelúdio do processo de integração da China à ordem política e econômica internacional (KISSINGER, 2011). A aproximação sino-americana rendeu ao país asiático a retomada de seu *status* de membro-permanente do Conselho de Segurança da ONU (BIJIAN, 2005). A superação do isolamento internacional teve continuidade com a política de Reforma e Abertura, discutida na Terceira Sessão Plenária do XI Comitê Central do Partido Comunista Chinês (PCCh). O documento produto da Sessão manifestava a necessidade de “mudar a ênfase do trabalho do Partido e a atenção do povo de todo o país à modernização socialista²”. A chamada modernização socialista, ao colocar o

² Disponível em: <http://www.bjreview.com/nation/txt/2009-05/26/content_197538.htm> Acesso em 10 de set. 2019.

desenvolvimento econômico como elemento central da política externa (BIJIAN, 2005), expressava uma relevante modificação em termos de inserção internacional.

O caminho trilhado em direção a essa modernização foi o da Reforma e Abertura e o das Quatro Modernizações, que abrangiam os seguintes setores: i) Agricultura; ii) Indústria; iii) Ciência & Tecnologia; iv) Defesa. O processo de reformas estruturais reflete o pragmatismo na condução da estratégia de crescimento pós-Mao, sendo o crescimento interpretado como um objetivo intermediário do norte maior: a busca pela recuperação de uma posição hierarquicamente superior na ordem internacional (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Antes de apresentar as Quatro Modernizações, é relevante descrever, brevemente, o contexto global e asiático da década de 1970, já que as transformações irradiadas a partir deste período³ fizeram surtir efeitos que influenciaram a reorganização, ainda em curso, do moderno sistema mundial. A principal transformação desse período consiste no renascimento econômico da Ásia Oriental, que, de acordo com Arrighi (2008), ocorreu

(...) em um processo de bola de neve, com “milagres” econômicos, numa sucessão de Estados da Ásia Oriental, a começar pelo Japão nas décadas de 1950 e 1960, passando por Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Malásia e Tailândia nas décadas de 1970 e 1980, e culminando, nos anos 1990 e início dos anos 2000, com o surgimento da China como centro de expansão econômica e comercial mais dinâmico do mundo (ARRIGHI, 2008, p.18)

Esse processo de bola de neve tem início com a recuperação econômica do Japão nas décadas de 1950 e 1960 e se estendeu em “três ondas”, envolvendo os Tigres Asiáticos de “primeira⁴” e “segunda⁵” gerações e, posteriormente, a China (VISENTINI, 2012). A retomada da economia japonesa e o incremento da competitividade de suas empresas, aliado às transformações da década de 1970 - como o advento da Revolução Científico-Tecnológica (RCT) e de um sistema de acumulação flexível de capital (HARVEY, 2005) -, resultaram em um movimento de adequação do Japão às novas dinâmicas da economia mundial. A adequação japonesa passava pelo aumento dos investimentos externos e pela transferência

³ Essas transformações dizem respeito às mudanças, em termos locais e globais, no modo como funciona o capitalismo, tendo havido modificações na configuração espacial dos processos de acumulação do capital (ARRIGHI, 1997). Para Harvey (2005), a mudança fundamental consiste na transição do modelo de acumulação fordista-keynesiano para um modelo de acumulação flexível.

⁴ Os Tigres de primeira geração, também chamados de Grupo dos Quatro, são: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura.

⁵ Os Tigres de segunda geração englobam diferentes economias do Sudeste Asiático e podem ser identificados como as nações pertencentes a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (VISENTINI, 2012).

de diversas de suas indústrias aos Tigres Asiáticos de primeira geração⁶, proporcionando a priorização dos investimentos em indústrias relacionadas à informática, robótica e demais setores associados à RCT.

Os Tigres de primeira geração - Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong -, passaram a desenvolver as indústrias da fase japonesa anterior, inaugurando uma nova geografia econômica na Ásia Oriental (VISENTINI, 2012). À medida em que os Tigres de primeira geração desenvolviam as indústrias da fase japonesa anterior, estes transferiram aos Tigres de “segunda” geração o seu antigo papel de fornecedores de matérias-primas, criando uma íntima divisão regional de trabalho na Ásia Oriental (VISENTINI, 2012).

Esse processo, conceituado por Arrighi (1997) como sistema de subcontratação japonês, expandiu prodigiosamente a partir do Japão e passou a incorporar uma variedade de localidades do sul e do leste da Ásia, tornando-se o elemento-chave para compreender o renascimento da Ásia Oriental e a sua inserção como um regime de acumulação emergente (ARRIGHI, 1997). Com efeito, desenvolve-se uma bifurcação entre o poder militar dos EUA e o poder financeiro do Leste Asiático, que passa a se tornar o eixo dinâmico da economia mundial (ARRIGHI, 2008). A China associa-se a esse processo, recebendo investimentos e plantas industriais japonesas e ocidentais, exercendo um papel semelhante àquele realizado pelos Tigres, explorando suas vantagens comparativas e competindo em alguns campos com eles (VISENTINI, 2012).

Considerando esses apontamentos acerca do renascimento da Ásia Oriental e da grande bifurcação, ressalta-se que o processo de Reforma e Abertura, calcado no objetivo das Quatro Modernizações, buscou inserir a China a essas novas dinâmicas regionais, absorvendo investimentos ocidentais e capitais da diáspora chinesa (ARRIGHI, 2008; VISENTINI, 2012), especialmente por meio da criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE). As ZEE serviam ao propósito de adotar práticas econômicas, administrativas e tecnológicas modernas, ao passo que se constituíam enquanto plataformas voltadas à exportação (COSTA; PINTO, 2010). Além disso, deve-se ressaltar que a abertura chinesa “foi mais do que uma simples transmutação de capacidade produtiva estrangeira”, à medida em que se buscava o “estabelecimento de dinâmicas de transferência de tecnologia e capacidade de gestão por meio, por exemplo, da formação de *joint ventures*, contratos de cessão de tecnologia, etc.” (CUNHA; ACIOLY, 2009, p.379).

⁶ De acordo com dados de Arrighi (1997), o chamado Grupo dos Quatro (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) recebeu 54% de todo IED japonês, feito na Ásia em têxteis entre 1951 e 1974. A maior parte restante desse investimento (42%) foi para outros quatro países (Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia).

A estratégia de integração da China às dinâmicas da economia mundial foi caracterizada pelo gradualismo, experimentalismo e pragmatismo na adoção dos instrumentos de mercado, diferenciando-se do consenso neoclássico e das “terapias de choque” aplicadas em outras localidades do Sul global nas décadas de 1980 e 1990 (VADEL et al, 2014). O Estado permaneceu central na organização da vida econômica social (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008), ao mesmo tempo em que conduziu a promoção do desenvolvimento, evidenciado especialmente no ritmo e na seletividade das privatizações, incremento dos investimentos públicos em educação, construção de Zonas para Exportação (ZPEs), expansão da educação superior e execução de projetos de infraestrutura (ARRIGHI, 2008).

A partir de um processo de abertura que se beneficiou do renascimento da Ásia Oriental e se caracterizou enquanto experimental e gradual, a China passa, ao longo das décadas de 1980 e 1990, por um processo de crescimento acelerado tanto de sua economia como de seu comércio exterior. Em relação ao comércio exterior, atesta-se que esse, enquanto percentual do Produto Interno Bruto (PIB), saltou de 12,42% (1980) para 29,41% (2000), chegando a representar 64,48% em 2006⁷. Em termos nominais, o PIB chinês, que em 1980 era de US\$ 191,149 bilhões, atingiu a marca de US\$ 12,237 trilhões, em 2017⁸. O crescimento médio entre as décadas de 1980 e 2010 foi da ordem de 10% a.a, com períodos de recuo⁹ e com uma tendência de desaceleração a partir da segunda década do século XXI¹⁰. O Gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de crescimento do PIB da China, entre 1980 e 2017:

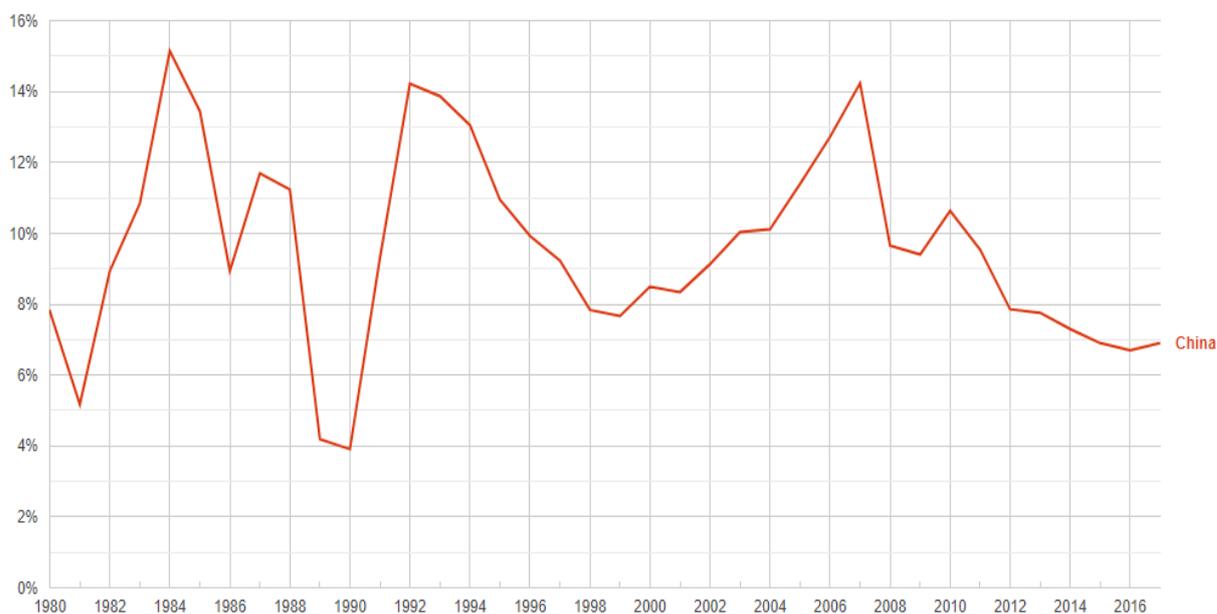
⁷ A partir de 2006, ocorre um decréscimo da relação entre PIB/Comércio Exterior, especialmente em virtude da contração da demanda global após a crise de 2008. Em 2017, o percentual dessa relação foi de 37,8%. Os dados são do Banco Mundial. Disponível em: <<https://bit.ly/2XE3KKT>> Acesso em 01 de out. 2019.

⁸ Disponível em: <<https://bit.ly/337WKY5>> Acesso em 01 de out. 2019.

⁹ Esses recuos podem ser interpretados a partir de eventos internos e externos. Em 1990, por exemplo, ocorre um recuo do PIB em virtude das repercussões da crise de Tiananmen, ocorrida em 1989. Na segunda metade dos anos 1990 também é possível verificar uma desaceleração do ritmo de crescimento, tendo em vista as implicações da crise financeira asiática.

¹⁰ Essa tendência de desaceleração é entendida como uma nova etapa do crescimento, qual seja, um “novo normal”. Esse “novo normal” significa um processo de rebalanceamento econômico, tendo em vista as contradições de seu regime de crescimento (CINTRA; PINTO, 2017), baseado no binômio “investimentos-exportações”. O objetivo é incentivar a criação e o desenvolvimento de indústrias com maior valor agregado, sobretudo aquelas relacionadas às novas tecnologias da informação.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento do PIB, China, 1980-2017



Fonte: Banco Mundial, 2019¹¹.

O ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), combinado a continuidade de seus índices de crescimento, influenciou, de forma cada vez mais decisiva, as dinâmicas de desenvolvimento não só regionais, mas também globais. Os processos de urbanização e modernização na China, intensivos em matérias-primas e energia, alavancaram as relações comerciais com a América do Sul, modificaram os termos de troca em favor dos países sul-americanos (MEDEIROS; CINTRA, 2015) e consolidaram o processo de reorientação da América Latina em direção à Ásia (GUNDER-FRANK, 1998). Nesse contexto de ascensão, a China lança, no XVI Congresso do PCCh (1999), as diretrizes da política conhecida como *Going Global*.

A política *Going Global*, entendida como a estratégia chinesa para expandir e internacionalizar a sua economia, delineava quatro grandes objetivos: i) incrementar o investimento direto chinês no exterior por meio da descentralização e relaxamento das autorizações para saída das corporações; ii) elevar o nível e a qualidade dos projetos; iii) reduzir os controles de capital e criar novos canais de financiamento; iv) integrar a política de internacionalização das empresas chinesas com outras estratégias voltadas ao setor externo (CINTRA; PINTO, 2017). As motivações dessa estratégia se vislumbram em quatro eixos explicativos: i) garantir acesso às fontes de recursos naturais; ii) buscar maior competitividade para as empresas chinesas; iii) obter tecnologia para as empresas chinesas

¹¹ Disponível em: <<https://bit.ly/2QIrEni>> Acesso em 02 de out. 2019.

por meio da aquisição de empresas estrangeiras; iv) projetar a influência política da China (CINTRA; PINTO, 2017; DENG, 2013).

A contextualização dessa estratégia é relevante para compreender o aumento dos investimentos chineses no mundo em desenvolvimento (África, Ásia e América Latina), ao passo que lança luz sobre a articulação, promovida pelo Estado chinês, entre segurança energética, política externa e estratégia de crescimento de longo prazo (CUNHA, 2011). A partir da perspectiva de segurança energética, é possível compreender as motivações em torno do IED chinês na América do Sul e a sua concentração no setor energético e mineral. Mais importante, o incremento dos investimentos chineses ao longo do século XXI ilustra que os seus determinantes não ocorrem apenas sob uma perspectiva mercadológica, mas também sob uma perspectiva estratégica que prioriza a ampliação do poder nacional (SANTOS; MILAN, 2014; RODRIGUES; HENDLER, 2018).

Reitera-se a ascensão da China se constitui como produto das transformações da economia mundial a partir da crise da década de 1970 (ARRIGHI, 2008; FIORI, 2008), uma vez que a transferência do eixo econômico para Ásia Oriental beneficiou o processo de abertura promovido no final da década de 1970. Ao mesmo tempo, a China, enquanto terceira onda de desenvolvimento da Ásia Oriental, confere uma dimensão qualitativamente distinta as ondas anteriores, trazendo implicações para o sistema mundial como um todo¹². Ou seja, a ascensão chinesa é tanto produto quanto causa das transformações em curso na estrutura de poder e riqueza internacional, com implicações para o sistema internacional como um todo e, em particular, para o Brasil.

Em suma, entende-se que o expressivo crescimento chinês dotou o país das capacidades materiais necessárias para influenciar as dinâmicas regionais e globais, internacionalizando sua economia e posicionando-se enquanto agente protagônico no remodelamento da globalização econômica (YIWEI, 2016). Diante disso, não é surpresa que as relações sino-brasileiras se estreitaram de forma nítida ao longo do século XXI, ao passo que também não surpreende o fato de que o Brasil, em razão de seu peso político e econômico na América do Sul, tenha se tornado um parceiro estratégico da China.

¹² Oliveira (2016, p.144) nos lembra que, ao contrário do Japão, a China “mantém seus valores diferenciados dos ocidentais, com relativa capacidade de influência na percepção e no posicionamento de diferentes países, em especial africanos e latino-americanos”. Além disso, a China dispõe de poder militar, dimensão territorial e populacional e autonomia (inclusive com seu ingresso no CSNU), podendo oferecer ao seu projeto uma dimensão qualitativamente mais relevante que a dos outros Tigres (VISENTINI, 2012).

2.2 A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI

Considerando os apontamentos acerca da ascensão chinesa e de sua inserção na economia mundial, pretende-se apresentar a evolução das relações sino-brasileiras no século XXI. O propósito é demonstrar o estreitamento das relações político-diplomáticas e econômico-comerciais entre o Brasil e a RPC, de modo a subsidiar a compreensão tanto da posição de ambos os países na hierarquia de poder e riqueza internacional quanto da dimensão energética do relacionamento sino-brasileiro.

Conforme sugere Becard (2011), é possível dividir a evolução das relações entre Brasil e a RPC em cinco fases: 1) gestação das relações (1949-1974); 2) fixação das bases das relações (1974-1990); c) crise nas relações bilaterais (1990-1993); d) estabelecimento da parceria estratégica (1993-2003); e) maturação das relações bilaterais (2003-2011). Dado o recorte adotado pela pesquisa, somente as duas últimas fases serão analisadas, com maior ênfase ao período de maturação das relações bilaterais, iniciado em 2003.

O Brasil, que já havia reestabelecido as relações diplomáticas com a China em 1974, passou, a partir da década de 1990, a se aproximar do país asiático sob o ponto de vista comercial, dada a abertura econômica do Brasil e o processo de inserção da China à economia internacional (OLIVEIRA, 2004). Mesmo assim, o componente político, priorizado durante o período de “gestão das relações” (1974-1990), permaneceu como elemento principal do relacionamento sino-brasileiro. A esse elemento político, soma-se a cooperação bilateral na dimensão científico-tecnológica, materializada no Programa de Construção de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS)¹³, que possui suas origens em 1988, ainda durante o governo de José Sarney (1985-1990).

Ao longo dos anos 1990 ocorre o estabelecimento da parceria estratégica sino-brasileira, devido ao potencial de aprofundamento das relações vislumbrado por autoridades chinesas e brasileiras (OLIVEIRA, 2004). A utilização do termo parceria estratégica para a designação das relações com o Brasil também constituiu parte do esforço chinês de recuperar a credibilidade e o espaço internacional após as pressões e boicotes internacionais vinculados aos incidentes de Tiananmen (OLIVEIRA, 2016). Em visita ao Brasil, em 1993, o Primeiro Ministro Chinês, Zhu Rongji, estipulou o que era entendido como parceria estratégica:

¹³ O programa CBERS representou o maior projeto de cooperação conjunta não somente do Brasil e da China, mas entre todos os países em desenvolvimento, o que permitiu o alcance de diversos objetivos, tais como a quebra do monopólio das grandes potências na produção e uso de imagens adquiridas por satélites e a obtenção de conhecimentos na área de sensoriamento remoto a baixo custo (BECARD, 2011).

A América Latina representa uma das regiões mais dinâmicas do planeta no que se refere ao desenvolvimento econômico. No plano político, a região, em particular o Brasil, ocupa importante localização estratégica no mundo. O Brasil é o maior país em desenvolvimento no cenário latino-americano e a China é o maior país em desenvolvimento do mundo. Entre os dois países existem muitos pontos de identidade: estão empenhados em conseguir desenvolvimento econômico e em melhorar as condições de vida de suas populações. Portanto, a cooperação carrega um significado muito relevante para os dois países, já que entre nós não existem choques de interesses fundamentais. O que existe, sim, são dois países que se complementam. Portanto, vejo horizontes muito promissores para as relações entre os nossos países, especialmente no campo econômico¹⁴.

Dado esse potencial de aprofundamento da cooperação, se percebeu, tanto no governo Itamar Franco (1992-1994) quanto no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), motivações para impulsionar as relações sino-brasileiras em nível bilateral e multilateral. Em relação ao governo Cardoso, a sua política externa procurou conciliar novas parcerias internacionais - como a chinesa - com as relações tradicionalmente mantidas com os centros desenvolvidos, estimulando as relações comerciais, a cooperação científico-tecnológica e os investimentos empresariais conjuntos (BECARD, 2011).

Com o advento do século XXI, apresentam-se novas perspectivas e oportunidades, principalmente em virtude do processo de expansão do capitalismo mundial no leste asiático e das alterações nas políticas externas de Brasil e China (BECARD, 2011). A natureza estratégica das relações sino-brasileiras, compartilhada de forma mais ou menos engajada desde 1993, constitui um marco relevante ao se caracterizar enquanto a primeira parceria estratégica entre dois dos principais países em desenvolvimento, significando a valorização de relações duradouras, estáveis e baseadas na cooperação mútua e estratégica (HAIBIN, 2010).

Tendo em vista que a expansão do capitalismo no leste asiático e as alterações nas políticas externas de Brasil e China modificaram o panorama das relações sino-brasileiras no século XXI, julga-se relevante apresentar algumas perspectivas em torno da política externa *ativa e ativa*¹⁵ do Brasil durante o governo Lula da Silva (2003-2010). A alteração em direção a uma política externa ativa e ativa também pode ser entendida como uma estratégia de autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) e como a inauguração de uma nova matriz diplomática (SILVA; RIEDIGER, 2016).

¹⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/17/brasil/19.html>> Acesso em 23 de set. 2019

¹⁵ O rótulo da política externa “ativa e ativa” foi cunhado pelo então chanceler Celso Amorim, sendo geralmente utilizado para explicar a política externa de Lula da Silva (2003-2010). Recentemente, o chanceler lançou uma obra cujo título é “Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e ativa” (2015)

Para Vigevani e Cepaluni (2007, p.11), o conceito de autonomia pela diversificação significa a “adesão aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.)”, com a finalidade de reduzir as assimetrias nas relações externas com países centrais e incrementar a capacidade de negociação nacional. De forma similar, Silva e Riediger (2016) entendem que a nova matriz diplomática instaurada por Lula da Silva teve como fundamentos norteadores o aprofundamento dos processos de integração na América do Sul, a retomada da tradição multilateral, a procura de parcerias estratégicas e a aproximação com os países subdesenvolvidos.

A nova matriz diplomática, orientada pela aspiração de autonomia pela diversificação, buscava articular a aproximação (real e prática) do Brasil com outros grandes Estados periféricos que têm interesse em promover a multipolaridade do sistema mundial (GUIMARÃES, 2006). Esse objetivo pode ser observado em trechos do Comunicado Conjunto da Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China (24 de maio de 2004):

Para maior adensamento dessa parceria [Parceria Estratégica Sino-Brasileira], ambos os lados coincidiram em que as relações entre os dois países se orientem pelos seguintes quatro princípios: 1) fortalecimento da confiança política mútua, com base em diálogo em pé de igualdade; 2) aumento do intercâmbio comercial com vistas ao benefício recíproco; 3) promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; 4) promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo [...] As duas partes coincidiram na defesa da democratização das relações internacionais e de um sistema internacional multipolar como fatores fundamentais para enfrentar ameaças e desafios globais e regionais por meio da prevenção pacífica de controvérsias e com base no respeito à igualdade soberana e ao direito internacional (LIMA, 2016, p.279-282).

A viagem de Lula da Silva à China, em 2004, foi considerada uma das mais importantes de sua gestão¹⁶, tendo sido assinados nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais (BECARD, 2011). Anos depois, foram criadas ferramentas de cooperação bilateral, com destaque para: 1) Agenda China na área comercial (2008); 2) Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação¹⁷ (Cosban), de 2006; 3) Diálogo Estratégico (2007); 4) Diálogo Financeiro Brasil-China (2008). Em relação ao documento, nota-se, apesar do caráter ponderado de Comunicados Conjuntos, a pretensão de ambos os

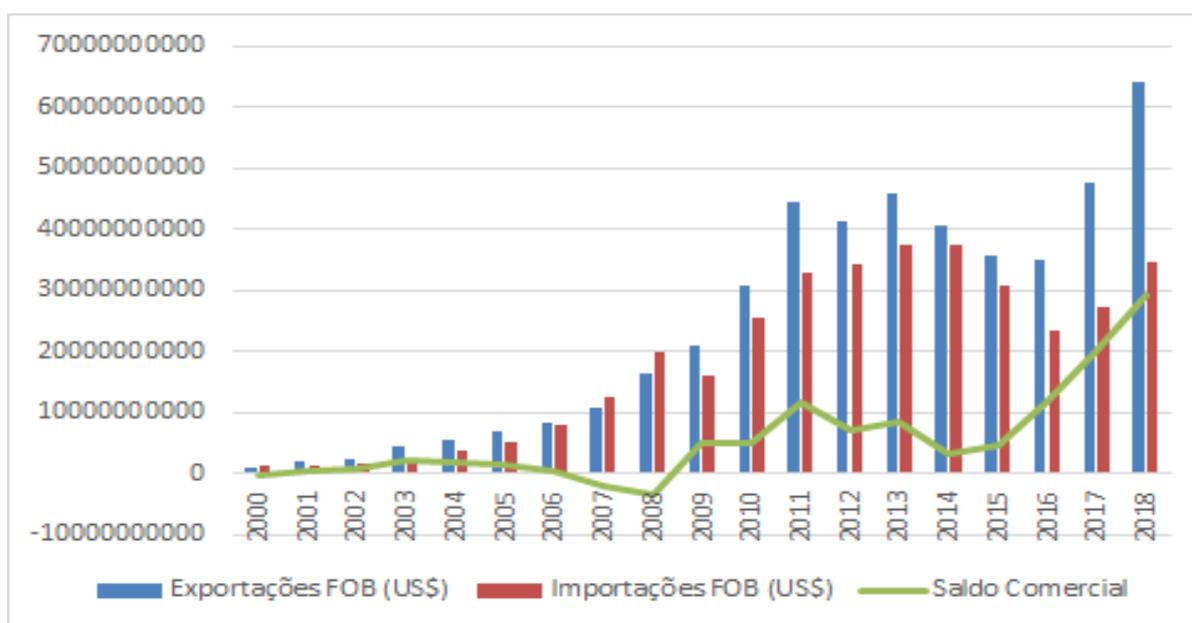
¹⁶ É importante ressaltar que esse fato não é desprezível, já que uma das características da política externa de Lula da Silva foi justamente a da diplomacia presidencial (LESSA, 2017).

¹⁷ A Ata Final da Primeira Sessão Plenária da Cosban abordou os seguintes temas: 1) Consultas Políticas; 2) Cooperação em Matéria Econômica e Comercial; 3) Cooperação Científica e Tecnológica; 4) Cooperação Espacial; 5) Cooperação Agrícola; 6) Cooperação Cultural; 7) Cooperação em outras áreas.

países no sentido de adensar as relações bilaterais, assim como a concordância em torno da “democratização das relações internacionais e de um sistema multipolar”, evidenciando o objetivo da nova matriz diplomática de busca de parceiros estratégicos e incremento do grau de autonomia do país em um contexto de exacerbação do unilateralismo da política externa estadunidense¹⁸ (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A despeito da inauguração da parceria estratégica ter ocorrido na década de 1990, coloca-se que esta somente ganhou contornos estratégicos com o transcorrer dos anos 2000, tendo em vista o aumento da interdependência econômica e o compartilhamento de determinados objetivos comuns, com destaque para as reformas na ordem política e econômica internacional (CARDOSO, 2012). A fim de dimensionar essa interdependência econômica, é válido apresentar os Gráficos abaixo (1, 2 e 3), que ilustram o intercâmbio comercial entre Brasil e China ao longo do século XXI.

Gráfico 2 - Intercâmbio comercial Brasil-China (em US\$), 2000-2018.

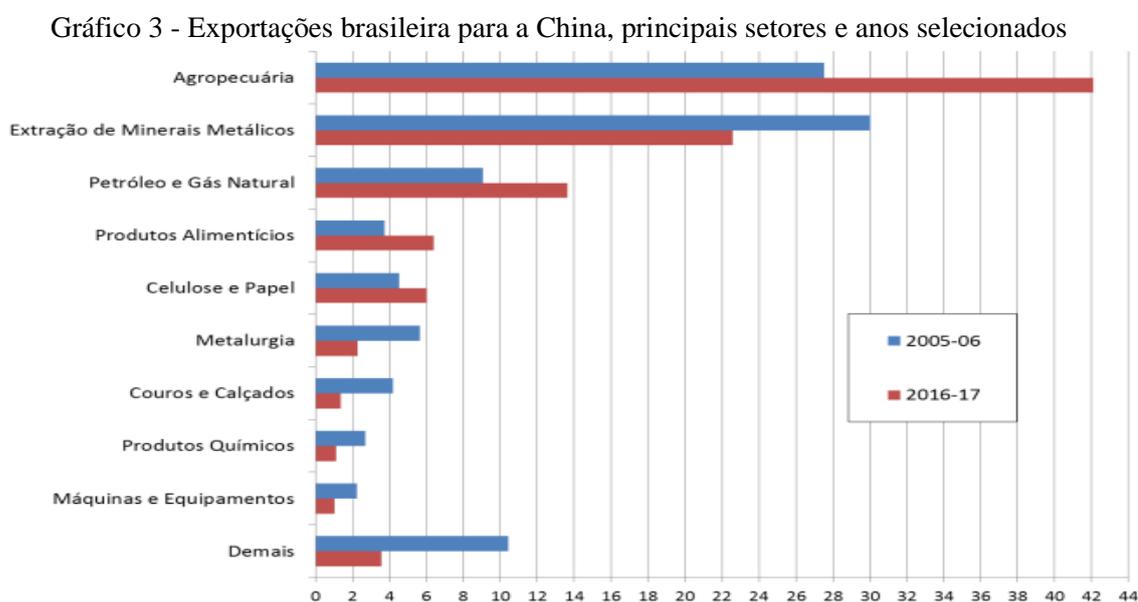


Fonte: MDIC, 2019¹⁹. Elaboração do autor.

¹⁸ O unilateralismo da política externa estadunidense se manifestou na Guerra Contra o Terror e nas invasões do Afeganistão e do Iraque. O Projeto para o Novo Século Americano, lançada pela administração George W. Bush seria a conformação de um novo projeto imperial dos EUA para o contexto do pós-Guerra Fria (ARRIGHI, 2008). Ver, também. Bandeira (2014) e Todd (2003).

¹⁹ Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>> Acesso em 01 de out. 2019

O Gráfico 2 demonstra o crescimento do intercâmbio comercial ao longo do século XXI. Em 2009, o país asiático se tornou o principal parceiro comercial brasileiro²⁰. Em termos de balança comercial, apreende-se que, no geral, a relação é superavitária em favor do Brasil, especialmente em razão do aumento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais impulsionado pelo crescimento chinês (MEDEIROS; CINTRA, 2015). Considerando esse incremento no intercâmbio comercial, é interessante aprofundar a análise e inserir dados relativos à composição dessas trocas, em termos de valor agregado e intensidade tecnológica.

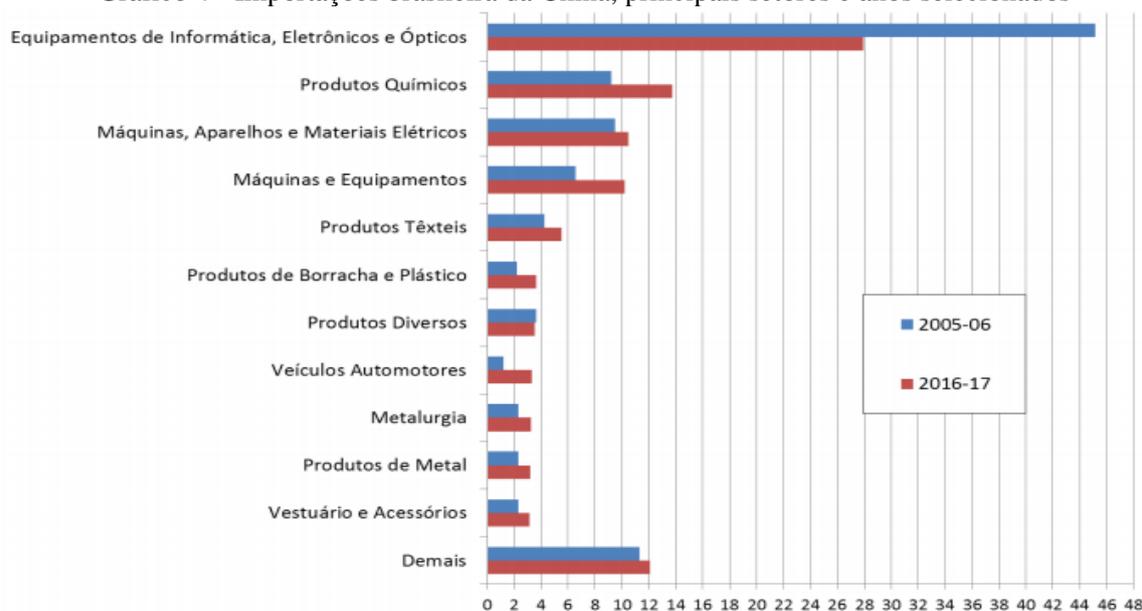


Fonte: IPEA, 2018²¹.

²⁰ Dado igualmente relevante, em 2009 a Ásia se transformou no destino principal das exportações brasileiras (26,3%) e na origem principal das importações (28,3%), deslocando o tradicional posto mantido pela União Europeia - UE (OLIVEIRA, 2016)

²¹ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta/imag/apresentacoes/180426_brasil_china_dinte.pdf> Acesso em 02 de out.2019.

Gráfico 4 - Importações brasileira da China, principais setores e anos selecionados



Fonte: IPEA, 2018²².

Analisando o Gráfico 3, percebe-se que a pauta exportadora brasileira, ao contrário da chinesa, é limitada em produtos de baixo valor agregado (produtos agropecuários, recursos minerais e metálicos, petróleo e gás natural e produtos alimentícios). As exportações brasileiras concentram-se em uma gama limitada de produtos, sobretudo minério de ferro e soja (JENKINS, 2011). Em 2017, três produtos compuseram 79% das exportações para a China: 1) soja (42%); 2) minério de ferro (22%); 3) petróleo cru (15%)²³.

Por outro lado, constata-se, a partir do Gráfico 4, que as exportações chinesas ao Brasil são compostas por produtos de maior valor agregado (equipamentos de informática, eletrônicos, máquinas e equipamentos, materiais elétricos, veículos automotivos). Em 2017, cerca de metade das exportações chinesas ao Brasil foram classificadas enquanto máquinas, abarcando uma gama de produtos com um nível médio ou mesmo elevado de sofisticação tecnológica²⁴. Nesse cenário, se deduz que, ao longo do século XXI, se desdobrou um processo de agravamento da especialização produtiva, englobando não somente o Brasil, mas também as demais economias industrializadas da América Latina (VADELL, 2013).

²² Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta1/images/apresentacoes/180426_brasil_china_dinte.pdf> Acesso em 02 de out.2019.

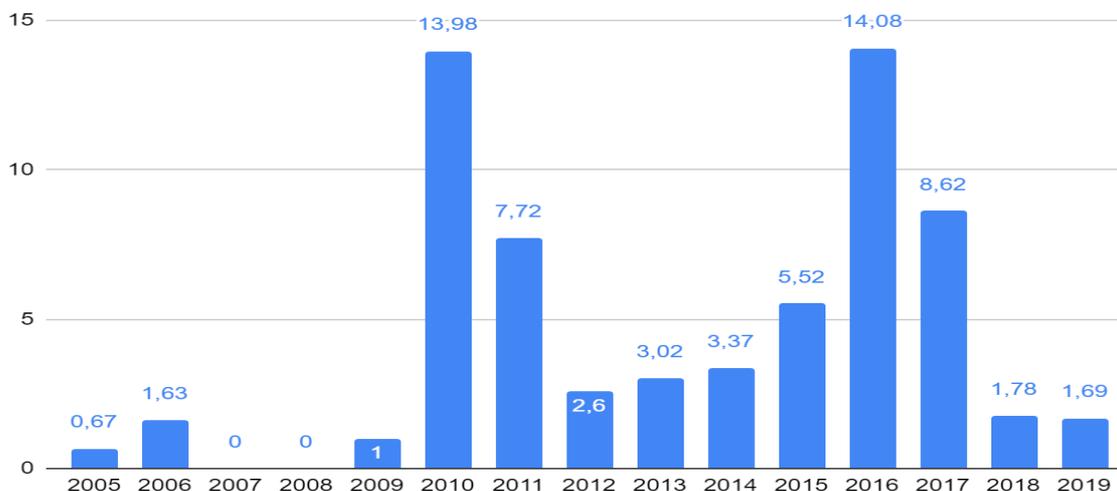
²³ Dados disponíveis em: <https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/chn/bra/show/2017/> Acesso em 10 de out. 2019.

²⁴ Esses produtos incluem: telefones; circuitos integrados; acessórios e equipamentos de transmissão; semicondutores e dispositivos; computadores; maquinário elétrico; motores elétricos; válvulas; ar-condicionado; entre outros. Disponível em: <https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/import/bra/chn/show/2017/> Acesso em 10 de out. de 2019.

Diante desses dados, entende-se que, embora as relações comerciais entre China e Brasil tenham se elevado de forma nítida ao longo dos anos 2000, há a possibilidade de que o “efeito China” - e seus impactos diretos e indiretos²⁵ -, na dimensão produto-comercial, se configure enquanto um “binômio cada vez mais instável e perigosos” (CUNHA, 2011, p.25). Isto porque, além de seu efeito direto sobre a especialização produtiva, os efeitos indiretos podem ocasionar a perda de mercados para produtores e exportadores industriais do Brasil, tendo em vista o aumento da concorrência chinesa (MEDEIROS; CINTRA, 2015).

Em termos de intercâmbio comercial, o crescimento das exportações é, de um lado, positivo, pois permite a acumulação de superávits comerciais e, conseqüentemente, aumento das reservas internacionais²⁶; enquanto, de outro lado, negativa, uma vez que intensifica os riscos de especialização regressiva e perda de competitividade e de mercados. Nesse contexto, tem-se a conformação de um padrão de complementaridade que reforça um relacionamento cada vez mais caracterizado por uma interdependência assimétrica (VADELL, 2013).

Gráfico 5 - Investimentos chineses no Brasil (em bilhões de US\$), 2005-2019.



Fonte: CGIT, 2019. Elaboração do autor.

Apreende-se, a partir do Gráfico 5, que o fluxo de investimentos externos chineses no Brasil se intensifica a partir do ano de 2010. Do total de investimento chinês realizado

²⁵ Os impactos diretos estão relacionados às relações comerciais com a China, enquanto os impactos indiretos estão relacionados aos efeitos da ascensão comercial da China em terceiros mercados (MEDEIROS; CINTRA, 2015).

²⁶ As reservas internacionais do Brasil cresceram cerca de sete vezes entre 2006 e 2012. De R\$ 53,8 bilhões, ao final de 2005, elas passaram para R\$ 373,1 bilhões, em dezembro de 2012. Desde então, o nível tem-se mantido relativamente estável (PELLEGRINI, 2017).

entre o período de 2005 a 2019 - US\$ 65,58 bilhões -, mais de US\$ 62 bilhões ocorreram após o ano de 2010 (CGIT, 2019). Entre 2009 e 2010, momento em que ocorreu um salto expressivo no fluxo de investimentos chineses no Brasil, houve a alocação de capitais sobretudo no setor de petróleo e na exploração do pré-sal brasileiro (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). Os investimentos chineses no Brasil apresentam uma relação direta com a já mencionada política *Going Global*. Ao mesmo tempo, há um esforço, por parte das autoridades chinesas, em demonstrar que a ascensão do país pode gerar benefícios mútuos, assim esvaziando o discurso em torno da “ameaça chinesa” (OLIVEIRA, 2016). Posteriormente, pretende-se desmembrar os dados relativos ao IED chinês, porém, por ora, o objetivo era apenas em ilustrar a crescente presença econômica da China, em termos de investimento, após o ano de 2010.

No geral, infere-se que, de um lado, a afirmação e a maturação das relações sino-brasileiras decorreram do incremento das relações econômico-comerciais, ao passo que, de outro lado, desenvolveu-se uma aproximação político-diplomática em virtude do compartilhamento de objetivos comuns, especialmente no que diz respeito às reformas nas instituições de governança global. Esses objetivos estão relacionados primordialmente a uma visão transformadora comum acerca da política global (CARDOSO, 2012), evidenciada na atuação conjunta em arranjos e fóruns multilaterais (RAMANZINI JÚNIOR; RIBEIRO, 2013). Dito isso, intenta-se apresentar, a seguir, a evolução do relacionamento sino-brasileiro no trato de questões da agenda internacional, uma vez que constitui um dos aspectos que cimentaram a parceria estratégica entre os países no século XXI.

A diplomacia multidimensional, executada especialmente no governo Lula da Silva, teve como consequência a construção de alianças de geometria variável (SILVA, 2015), ao passo que a China, enquanto parceira estratégica do Brasil em temas da agenda internacional, participou e atuou de forma conjunta no âmbito do G20 (Comercial e Financeiro), BRICS, Basic²⁷ e OMC. A formação de alianças de geometria variável e a retomada de uma tradição multilateral de perfil crítico às assimetrias internacionais traduzem as ações da diplomacia brasileira no sentido de estreitar os laços de cooperação Sul-Sul (SILVA; ANDRIOTTI, 2012) e de cooperação horizontal (PECEQUILO, 2008).

²⁷ Grupo formado por Brasil, África do Sul, China e Índia para tratar sobre questões relativas à mudança climáticas. O BASIC foi criado em 2007, como grupo informal de diálogo sobre as negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Disponível em: <<https://bit.ly/2OPk2gb>> Acesso em 01 de nov. 2019.

O compartilhamento de objetivos comuns, especialmente no âmbito multilateral, foi novamente sublinhado na segunda visita oficial do presidente Lula da Silva à China (2009):

As partes coincidiram em que a cooperação em assuntos multilaterais é parte importante da Parceria Estratégica. Ao reforçar o diálogo e a cooperação bilateral, Brasil e China, como grandes nações em desenvolvimento, contribuem para o encaminhamento de soluções para as importantes questões que desafiam a comunidade internacional. Para atingir esse objetivo, Brasil e China dispõem-se a manter estreita comunicação em mecanismos como o G-5 e o BRIC. Paralelamente, buscarão intensificar a coordenação e intercâmbio com outros países em desenvolvimento, estimulando a cooperação regional e transregional, com vistas a propiciar maior participação e voz aos países em desenvolvimento nos grandes temas internacionais [...] Ambos os mandatários defenderam o aprofundamento da reforma em curso do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial de modo a permitir maior representação e voz aos países em desenvolvimento (LIMA, 2016, p.290-292).

A cooperação sino-brasileira em temas da agenda mundial, especialmente aqueles relacionados às reformas das instituições de *Bretton Woods*²⁸, também se reflete na formação do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e, em 2011, com o acréscimo da África do Sul, do BRICS. O arranjo do BRICS seria a concretização de determinados objetivos da política externa brasileira: aproximação com países continentais e reforço da cooperação horizontal de caráter Sul-Sul (SILVA; ANDRIOTTI, 2012). Na I Cúpula do BRIC, realizada em Ecatimburgo (2009), os países membros do arranjo sublinharam o comprometimento

(...) com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário estável, confiável e diversificado²⁹.

Em 2010, o então presidente Hu Jintao realizou uma visita oficial ao Brasil. O Comunicado à Imprensa produto da visita voltou a sublinhar que “a dimensão global da Parceria Estratégica vem adquirindo densidade crescente”, conforme sugere a “comunicação fluida e a convergência de posições entre os dois países em foros como o G-20; a OMC; o BRIC; e o BASIC” (LIMA, 2016, p.299). O viés autonomista, centrado no desenvolvimento

²⁸ As instituições de *Bretton Woods* foram aquelas criadas no período pós-Segunda Guerra Mundial e que tinham o objetivo de assegurar estabilidade monetária e financeira da economia mundial, bem como recursos para financiar a reconstrução dos países afetados pela guerra. Essas instituições eram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD).

²⁹ Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf> Acesso em 12 de out. 2019.

econômico e na promoção da Cooperação Sul-Sul (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), contribuiu para um estreitamento do relacionamento sino-brasileiro.

A interdependência econômica e a convergência em temas da agenda global se traduziram em um adensamento das relações Brasil-China, dotando-as de um caráter notadamente estratégico e, ainda, culminando na assinatura de um Plano de Ação Conjunta para os anos de 2010 e 2014, envolvendo diversas áreas para cooperação bilateral. O Plano prevê princípios e objetivos gerais, ações para a sua implementação e diretrizes para a cooperação em áreas como política, economia e comércio, energia e mineração, finanças, agricultura, entre outras (LIMA, 2016).

Dada essa aproximação, julga-se relevante apresentar as continuidades e as rupturas desse relacionamento na segunda década do século XXI, especialmente nos governos Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018). Assim, torna-se possível uma avaliação preliminar acerca da evolução das relações sino-brasileiras ao longo do século XXI, com destaque para as dimensões econômico-comercial e político-diplomática.

O governo Dilma manteve as mesmas orientações do governo anterior (SILVA; RIEDIGER, 2016), seguindo o legado das estratégias definidas de política externa, a saber: i) trajetória revisionista das instituições internacionais; ii) atuação ativa em fóruns multilaterais, colocando-se como representante dos países do Sul global; iii) orientação proativa para a região sul-americana (SARAIVA, 2014). A manutenção das orientações de política externa, embora com ênfases diferenciadas³⁰, se traduziu, para as relações sino-brasileiras, na manutenção da parceria estratégica, evidenciado na constatação de que a primeira viagem da presidenta fora do continente americano ocorreu para o país asiático, em 2011.

Em consonância à diplomacia de resultados (SILVA; REDIGER, 2016) impressa durante o primeiro governo Dilma, nota-se, por meio da análise do Comunicado Conjunto da Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff, em abril de 2011³¹, a existência de conteúdos mais densos e a inserção de uma maior quantidade de áreas de cooperação³², bem como um

³⁰ Silva e Riediger (2016) colocam que essas ênfases diferenciadas podem ser notadas sobretudo no campo dos direitos humanos e da Ciência e Tecnologia. Durante o primeiro governo Dilma (2011-2014), elaborou-se o programa Ciências Sem Fronteiras, que tinha a finalidade de oferecer aos estudantes brasileiros o contato com sistemas educacionais competitivos e, assim, melhorar a qualidade da mão-de-obra nacional.

³¹ Para mais detalhes a respeito dos ganhos imediatos obtidos pelo governo Dilma em sua primeira visita oficial à China, ver Becard (2011, p.43).

³² Entre as áreas de cooperação mencionadas no Comunicado, é possível mencionar: Ciência e Tecnologia; cooperação econômico-comercial; investimentos; setor aeronáutico; infraestrutura; produtos alimentares e agricultura; cooperação financeira; cooperação espacial; Tecnologia da Informação e Comunicação; turismo;

maior destaque às preocupações brasileiras, especialmente a necessidade, por parte da China, de “incentivar suas empresas a ampliar a importação de produtos de maior valor agregado do Brasil” (LIMA, 2016, p.305). Por outro lado, apreende-se uma continuidade, em relação ao governo Lula da Silva, no que diz respeito à cooperação em fóruns multilaterais e a defesa de uma ordem internacional mais “justa, equitativa, inclusiva e ordenada com vistas a salvaguardar a paz e a segurança internacionais e promover o desenvolvimento, a democracia, os direitos humanos e a justiça social” (LIMA, 2016, p.312).

Durante a política externa do governo Dilma, a China permaneceu como relevante parceira estratégica, tanto a nível bilateral quanto multilateral. Ao nível multilateral, o BRICS se revelou enquanto um dos principais veículos de atuação diplomática (SILVA; REDIGER, 2016), se caracterizando como o foco principal e renovado de política externa (SARAIVA, 2014). Embora a antiga aspiração brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU não tenha sido apoiado publicamente nem por China e nem por Rússia (LESSA, 2017), houve avanços significativos no agrupamento, especialmente na área econômico-financeira.

Os países do BRICS, que, conforme visto, reivindicavam maior espaço na governança econômica internacional - especialmente após a crise de 2008 -, estabeleceram, em 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS³³ (NDB BRICS), bem como um Arranjo Contingente de Reservas³⁴ (ACR). Por outro lado, o Fórum IBAS, formado por Brasil, Índia e África do Sul, teve sua importância reduzida, dada a sobreposição de agendas e a prevalência do agrupamento BRICS (SILVA; REDIGER, 2016; SARAIVA, 2014).

No que tange à cooperação bilateral, deve-se destacar que, em 2012, as relações passam por uma redefinição, sendo, a partir de então, classificadas como uma Parceria Estratégica Global. Essa redefinição ocorreu em visita do Primeiro-Ministro da China, Wen Jiabao, ao Brasil, conjuntamente à Conferência Rio+20, realizada no Rio de Janeiro. Além da modificação, houve a assinatura do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) e a criação

esportes; energia; mineração; educação; economia criativa e indústria cultural; segurança e defesa; temas sociais e combate à pobreza; saúde; entre outros.

³³ Desde 2012, os países do BRICS manifestavam o seu interesse de criar um Banco de Desenvolvimento do grupo. Na Cúpula de Fortaleza, em 2014, os países concordaram em criar o NDB BRICS, com capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões e US\$ 50 bilhões de capital inicial subscrito, igualmente distribuídos entre os países (US\$ 10 bilhões cada). O objetivo do NDB é financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países membros e em países em desenvolvimento. Ver Acordo sobre o NDB, disponível em: <<https://bit.ly/35J4t0p>> Acesso em 02 de nov. 2019

³⁴ O ACR foi criado com o objetivo de constituir uma plataforma financeira de auxílio em momentos de crise na balança de pagamentos. Ver Decreto n.8702, de 1 de abril de 2016, que promulgou o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8702.htm> Acesso em 02 de nov. 2019

do Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres. Em síntese, o Comunicado Conjunto da visita ressaltou que:

A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciaram a elevação do relacionamento sino-brasileiro ao patamar de Parceria Estratégica Global. Assinalaram que essa decisão atesta o reconhecimento da crescente influência estratégica e global dos dois países, cuja cooperação será cada vez mais abrangente, numa conjuntura internacional marcada por mudanças profundas. Decidiram estabelecer Diálogo Estratégico Global a ser efetuado por pelo menos uma reunião anual em nível de Chanceleres³⁵.

Já em relação ao Plano Decenal de Cooperação³⁶, as áreas e setores priorizados foram: i) Ciência, Tecnologia, Inovação e Cooperação Espacial; ii) Minas, Energia, Infraestrutura e Transportes; iii) Investimentos e Cooperação Industrial e Financeira; iv) Cooperação Econômica e Comercial; v) Cooperação Cultural, Educacional e Intercâmbio entre os povos. A visita da presidenta Dilma em 2011 já havia abarcado uma maior quantidade de áreas e setores para a cooperação, o que veio a se traduzir tanto na assinatura do Plano Decenal de Cooperação quanto na redefinição da Parceria Estratégica. Dado o objeto da pesquisa e sua vinculação ao tema da energia, se aprofundará, na próxima seção, o capítulo desse Plano que aborda a cooperação energética.

A despeito desta maior aproximação, desdobra-se, ao longo dos governos Dilma, um movimento de retraimento da inserção internacional brasileira, tendo em vista o cenário internacional desfavorável e o aumento das dificuldades políticas e econômicas no plano interno (SILVA; REDIGER, 2016; SARAIVA, 2014). O refluxo da atuação brasileira e a perda de altivez diplomática resultaram em um declínio da posição relativa do Brasil no sistema internacional (SILVA; REDIGER, 2016). Com o governo Michel Temer, esse movimento se aprofunda, sendo estabelecidas novas diretrizes para a política externa, entendidas por Silva (2018) como reflexo de um desengajamento estratégico. Como sinal desse retraimento e de seus impactos no relacionamento sino-brasileiro, tem-se a interrupção das reuniões da Cosban e a não-realização de visitas oficiais, por parte do Brasil, à China.

Em síntese, infere-se que, ao longo do século XXI, houve uma aproximação relevante entre Brasil e China, tanto em termos econômico-comerciais quanto em termos político-diplomáticos. No âmbito multilateral, interpreta-se que as relações sino-brasileiras evoluíram

³⁵ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3073-comunicado-conjunto-entre-brasil-e-china-rio-de-janeiro-21-de-junho-de-2012>> Acesso em: 05 de out. 2019.

³⁶ Para mais detalhes, ver página do MRE: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3074-atos-assinados-por-ocasio-da-reuniao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-com-o-primeiro-ministro-da-republica-popular-da-china-wen-jiabao-rio-de-janeiro-21-de-junho-de-2012>> Acesso em: 05 de out. 2019

por meio da convergência de interesses, à medida em que ambos os países buscavam, através da atuação conjunta, elevar a sua posição na hierarquia de poder e riqueza internacional, sobretudo através de alterações nas normas e regras da governança global, assim como pela criação de instituições paralelas (STUENKEL, 2018), à exemplo do NDB BRICS. Por outro lado, em termos bilaterais e sob o ponto de vista econômico-comercial, o que se notou foi o agravamento de uma *interdependência assimétrica* (VADELL, 2013), uma vez que, ao longo do século XXI, o Brasil passou a depender mais do mercado chinês do que o contrário, ao mesmo tempo que a pauta exportadora brasileira, ao contrário da chinesa, continuou a ser formada por produtos primários e de baixo valor agregado, dando razão às ideias de desindustrialização e reprimarização. Ressalta-se, assim, a presença simultânea de oportunidades e desafios associados ao relacionamento sino-brasileiro.

Por fim, atesta-se que há um inegável distanciamento, em termos de posição na hierarquia de poder e riqueza internacional, entre Brasil e China, ao passo que esse distanciamento tem efeitos no próprio relacionamento sino-brasileiro, que acaba passando por avanços, recuos e redefinições na segunda década do século XXI. Daqui por diante, pretende-se identificar a evolução desse processo à luz da cooperação energética e dos investimentos chineses, de modo a posteriormente analisar as implicações e os desafios relacionados à projeção econômica da China no sistema energético brasileiro.

2.2.1 A cooperação energética sino-brasileira

Nesta seção, objetiva-se aprofundar a análise em torno da evolução das relações sino-brasileiras, atentando-se para a cooperação energética. O objetivo consiste em apresentar os projetos de cooperação energética estabelecidos entre o Brasil e a China ao longo do século XXI. Para tanto, serão utilizadas fontes documentais de ordem político-diplomática.

Conforme abordado, após a viagem de Lula da Silva à China, em 2004, ocorre a criação de instrumentos de cooperação bilateral, com destaque para a Cosban. Em 2006, tem-se a sua primeira reunião, na qual ficou acordado o interesse na “implementação exitosa dos projetos em curso nas áreas de siderurgia, alumina, gasoduto para gás natural, central termelétrica, escaneamento de contêineres, petróleo e de aviação regional” (LIMA, 2016, p.147). O primeiro sinal de materialização desse interesse conjunto se deu no final de 2007, quando o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, em inglês) assinou um contrato para

repassar US\$ 750 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES)³⁷ para o desenvolvimento do Projeto de Gasoduto GASENE.

O Acordo de Parceria do Projeto de Gasoduto GASENE, que também contou com a participação da Petrobras e da empresa chinesa Sinopec, constituiu um projeto integrado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (FERNANDES, 2014). O Projeto foi estruturado para garantir o suprimento de gás natural para a malha de gasodutos da região Sudeste, assegurando o escoamento da produção de gás proveniente dos campos da Bacia do Espírito Santo³⁸.

A assinatura do Protocolo em Energia e Mineração, em 2009, reforçou as relações nas áreas de energia e mineração (FERNANDES, 2014), tendo sido resultado da visita do então vice-presidente chinês, Xi Jinping. O Protocolo também é resultante do Memorando de Entendimento (MOU) entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil (MME) e a Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reforma da RPC (NDRC, em inglês) sobre o Estabelecimento da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais da COSBAN, assinado em junho de 2005 (SHOUJUN; MIRANDA, 2016). O Protocolo possui 11 artigos e um prazo de aplicação de dez anos, renovável automaticamente por igual período. O Artigo I do Protocolo prevê as áreas contempladas para a realização de projetos de cooperação:

- a) intercâmbio de informações sobre leis e regulamentos, políticas públicas e de planejamento nas áreas de energia, mineração e processamento de minérios; b) intercâmbio de informações, pesquisas conjuntas e desenvolvimento de tecnologias avançadas e eficientes de geração de energia, mineração e processamento de minérios; c) intercâmbio de informações sobre proteção do meio ambiente nas áreas de energia, de mineração e de processamento de minérios; d) incentivo ao desenvolvimento conjunto e das atividades de exploração aplicadas às áreas de petróleo e gás natural; e) incentivo ao desenvolvimento conjuntos de petróleo, de reservas de gás natural e outros recursos minerais em terceiros países; f) implementação da cooperação em engenharia e serviços técnicos aplicados aos setores de petróleo, gás natural e carvão; g) cooperação no refino do petróleo pesado; h) incentivo à cooperação no setor elétrico; i) intercâmbio de informações sobre tecnologia para geração de energias renováveis, tais como as hidrelétricas, os biocombustíveis e outras fontes de energia; j) extensão da cooperação e troca de experiências na produção e no uso do etanol combustível, promovendo, de forma conjunta, o desenvolvimento e a aplicação dos biocombustíveis; k) estímulo à formação de parcerias sino-brasileiras, incluindo associações, com o objetivo de intensificar o comércio bilateral de máquinas e equipamentos para a produção de biocombustíveis, entre outras áreas.

³⁷ Para mais informações, ver site da Embaixada da China no Brasil: <<http://br.china-embassy.org/por/jmwl/t394368.htm>> Acesso em: 16 de out. 2019

³⁸ Ver site do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20071227_not287_07> Acesso em 16 de out. 2019.

A partir dos pontos elencados pelo Artigo I, é possível observar a ênfase concedida ao intercâmbio de informações, à cooperação no âmbito científico-tecnológico vinculado à produção e uso de energia (especialmente de biocombustíveis) e ao estímulo à cooperação em diferentes setores, especialmente petróleo, gás, energia elétrica e energias renováveis. De outra parte, uma das formas de cooperação energética empreendidas pelo governo chinês, que não se encontra explícita no Artigo I do Protocolo, diz respeito ao método *loan for oil*³⁹. Isto é, o governo chinês, por meio de financiamentos via bancos nacionais como o CDB, fornece empréstimos para um país exportador de petróleo na expectativa de que o seu pagamento ocorra na forma de remessas de petróleo a preço de mercado (SHOUJUN; MIRANDA, 2016).

Esse método de cooperação foi aplicado em 2009 por meio de um acordo no qual o CDB concedeu US\$ 10 bilhões em empréstimos para a Petrobras, a serem pagos com fornecimento de petróleo (SHOUJUN; MIRANDA, 2016; FERNANDES, 2014). Em 2015, o CDB e a Petrobras assinaram um novo acordo, no qual o Banco chinês aportou US\$ 5 bilhões na empresa, amenizando o cenário de endividamento e garantindo a manutenção da cooperação financeira e energética (SHOUJUN; MIRANDA, 2016).

Em 2010, Brasil e China assinaram um Plano de Ação Conjunta (2010-2014), com o intuito de reforçar as relações bilaterais e aprofundar a cooperação em diversas áreas. Em relação à energia, o Plano prevê a expansão da cooperação nas áreas de petróleo, serviços de engenharia e equipamentos, fontes renováveis (eólica, solar, hidroeletricidade, biocombustíveis e biomassa) e energia nuclear, assim como estabelece o objetivo de identificar áreas para a “criação de *clusters* de forma a promover tecnologias chinesas no Brasil e tecnologias brasileiras na China” (LIMA, 2016, p.376). De outro lado, o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021) não estabelece grandes alterações para a cooperação energética, cabendo apenas ressaltar que o mesmo concede uma ênfase maior ao setor de petróleo e gás, ao mesmo tempo em que sublinha a relevância de “fomentar o investimento em geração e transmissão de energia e promover a cooperação entre empresas dos dois países nas áreas de construção e tecnologia de transmissão de energia” (LIMA, 2016, p.413).

O Plano traz à tona os exemplos de cooperação entre as empresas *China Three Gorges* (CTG) e Furnas, bem como entre a State Grid Corporation of China (SGCC) e a Eletrobras. A menção à atuação dessas empresas reflete uma tendência que se verificou a partir de 2010: o aumento da presença chinesa no setor elétrico brasileiro (VANDERLEI, 2018). O Plano

³⁹ Para mais detalhes a respeito dessa abordagem chinesa, ver Meidan (2016).

também prevê o encorajamento de atividades de agregação de valor local, realização de atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e a promoção de *joint ventures*⁴⁰ entre as empresas dos dois países (LIMA, 2016). Essas previsões, de certa forma, revelam a motivação, durante o primeiro governo Dilma, em torno de um projeto desenvolvimentista, que acabaria por envolver a diversificação dos investimentos e agregação de valor aos processos produtivos das indústrias de energia e mineração.

A ata final da Segunda Sessão Plenária da Cosban (2012) apenas reiterou a “disposição em promover a cooperação bilateral nos setores de Energia e Mineração, à luz dos compromissos emanados do Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração” (LIMA, 2016, p.199). A ata final da Terceira Sessão Plenária da Cosban (2013), de outro modo, já apresenta novos elementos, com destaque aos setores de petróleo e gás, energia elétrica e outras fontes de energia renovável. Em relação ao setor de petróleo e gás, o documento registrou a participação de empresas chinesas no leilão do pré-sal do campo de Libra, reiterando que “são bem-vindas empresas chinesas participantes de atividades de exploração”, sublinhando também a “obrigatoriedade de cumprimento de exigências de conteúdo local” (LIMA, 2016, p.227-228). No que diz respeito ao setor de energia elétrica, Brasil e China

(...) concordaram em promover intercâmbio de tecnologia para a transmissão de grandes blocos de eletricidade, sobretudo em ultra alta tensão, tendo presente que o Brasil prepara a licitação para a usina de Belo Monte e que a China dispõe da tecnologia mais avançada do mundo nesse campo. O lado brasileiro reiterou que o Centro de Pesquisas Elétricas, CEPTEL, está implantando laboratório de ultra tensão. Isto, além da perspectiva de que o mercado elétrico brasileiro dobrará em 15 anos, poderia servir de incentivo adicional para investimentos de maior número de empresas chinesas em usinas hidrelétricas, com base no exemplo bem-sucedido da State Grid (LIMA, 2016, p.228).

Nota-se, a partir dos documentos mencionados, que houve, ao longo do século XXI, um incremento do interesse chinês relacionado ao setor energético, que transitou de trocas inicialmente restritas ao âmbito comercial para, a partir de 2009, se materializar, de forma mais concreta, em compromissos voltados à cooperação energética. Embora a Ata da Segunda Sessão Plenária da Cosban (2012) não traga nenhum elemento novo, a Ata da Terceira Sessão Plenária (2013) já menciona aspectos mais concretos relacionados à cooperação energética e ao investimento chinês, tendo sido mencionados tanto o leilão do

⁴⁰ O termo *joint venture* refere-se a um tipo de associação em que duas entidades se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria. Ver explicação na página do IPEA, disponível em: <<https://bit.ly/34EBWIm>> Acesso em 02 de nov. 2019.

campo de Libra quanto o processo de licitação das linhas de transmissão da usina hidrelétrica de Belo Monte. Conforme se verificará a seguir, os documentos ilustram a importante atuação de duas empresas estatais chinesas no setor elétrico: a SGCC e a CTG.

Porém, a Ata da Quarta Sessão Plenária (2015) volta a trazer compromissos mais genéricos em relação à cooperação energética, apenas reiterando os acordos anteriores e novamente atribuindo destaque aos setores de petróleo e gás, energia elétrica e, em menor medida, energias limpas e renováveis (LIMA, 2016). Esse aparente refluxo em termos de compromisso e engajamento pode estar relacionado ao período de contração da altivez diplomática identificada durante os governos Dilma Rousseff (2011-2016), especialmente durante o seu curto e turbulento segundo mandato, caracterizado pela instabilidade político-institucional que, em 2016, culminou com a deposição da presidenta.

Ou seja, apreende-se que os documentos político-diplomáticos apresentados dialogam com a seção voltada ao entendimento da evolução da relação sino-brasileira, à medida em que sinaliza um estreitamento da cooperação bilateral no século XXI, materializado na criação de instrumentos e canais de diálogo de cooperação, que acabaram por se estender ao campo da energia. A partir desses documentos, foi possível perceber o incremento do interesse chinês nos setores de petróleo e gás e energia elétrica, sobretudo em razão de fatores como a descoberta das reservas do pré-sal e as oportunidades de negócio oferecidas pela tendência de expansão do setor elétrico nacional (SCHUTTE; DE BONE, 2017).

Em suma, foram apresentados aspectos gerais da evolução da cooperação energética sino-brasileira. A subsequente análise da evolução dos investimentos chineses possibilitará a compreensão se os compromissos adotados foram seguidos ou se, por outro lado, apenas serviram para ilustrar o crescente interesse chinês em se inserir no sistema energético brasileiro.

3 A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO SISTEMA ENERGÉTICO E SUAS IMPLICAÇÕES E DESAFIOS

Dado os apontamentos proferidos na seção anterior, intenta-se apresentar a evolução dos investimentos chineses no sistema energético brasileiro e avaliar as suas implicações e desafios. Primeiramente, serão apresentados dados relativos ao IED chinês no sistema energético brasileiro. Antes disso, contudo, entende-se ser pertinente apresentar as motivações desses investimentos, à medida em que facilitam a identificação de seu padrão e de sua evolução.

Para a China, o estabelecimento de uma parceria com o Brasil no setor energético e a alocação de IED no setor emana da necessidade, identificada pelas autoridades chinesas, de “diversificar os mercados de escoamento das suas matérias-primas e de encontrar outras fontes de provisionamento para além do instável Oriente Médio” (FERNANDES, 2014). Considerando que, em 2018, a China respondeu por 24% do consumo global de energia e 34% do crescimento global do consumo de energia (BP, 2019), é compreensível as preocupações em torno de sua segurança energética, motivando a inserção da questão energética como prioridade e, conseqüentemente, condicionando a política externa chinesa e seus investimentos (DELGADO; FEBRARO, 2017; SHOUJUN; MIRANDA, 2016).

As prioridades dos investimentos e dos projetos de cooperação na área energética constituem parte de uma estratégia mais abrangente de expansão e internacionalização de grupos nacionais chineses. Essa estratégia é a já mencionada política *Going Global*, cujas diretrizes atendem a objetivos tanto econômicos como geopolíticos (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011). Na perspectiva chinesa, a relação com o Brasil se vincula aos esforços voltados à busca por mercados, capital, tecnologia, energia e matérias-primas, considerados elementos cruciais ao desenvolvimento do país (BECARD, 2011). Nesse contexto, infere-se que a China conduz uma Estratégia de Segurança Energética (OLIVEIRA, 2012), que culmina em uma articulação, a partir de conglomerados estatais, entre busca de segurança energética, política externa e estratégia de crescimento no longo prazo (CUNHA, 2011).

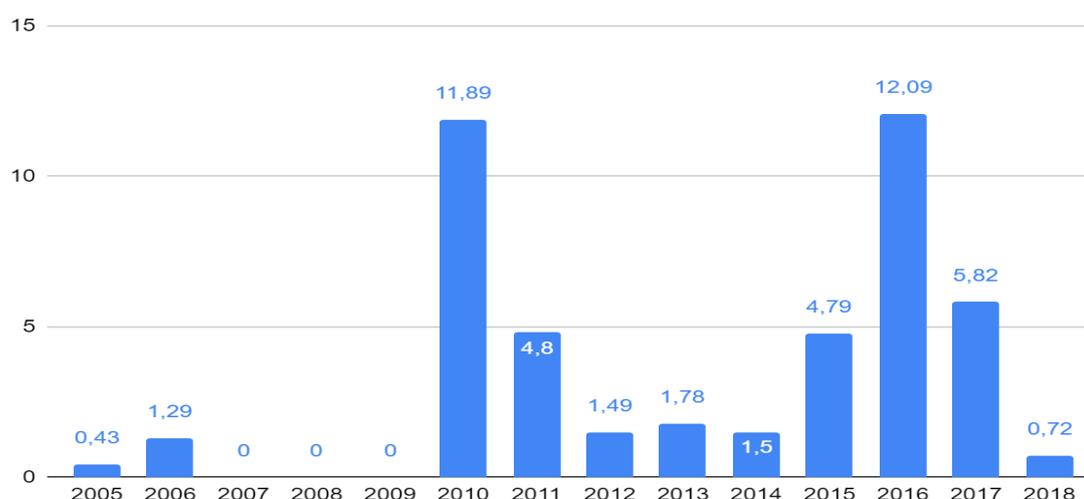
A segurança energética desempenha um papel crucial para a alocação de investimentos externos no setor, o que será visualizado a seguir com os dados relativos ao IED chinês no sistema energético brasileiro. Há diferentes estudos que salientam que o IED chinês não se guia por uma lógica puramente mercadológica (RODRIGUES; HENDLER, 2018), envolvendo também fatores como a busca pela ampliação do poder nacional (SANTOS; MILAN, 2014). Os determinantes geopolíticos do IED chinês se evidenciam na

existência de um aparato político-institucional voltado à internacionalização de grupos nacionais (SAUVANT; CHEN, 2014; HAFFNER; NOGUEIRA, 2016), sugerindo a formação de uma aliança entre capital e Estado que, em última instância, vislumbra a ascensão da China à condição de *centro* na hierarquia de poder e riqueza internacional.

3.1 A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO SETOR ENERGÉTICO

Os investimentos chineses no Brasil cresceram de forma substancial a partir do ano de 2010, sendo que o país foi o maior receptor de IED chinês no mundo em 2010 (CGIT, 2019). Segundo dados da CEPAL (2018), o Brasil é o maior receptor de IED chinês na América do Sul, sendo destino de praticamente um terço do investimento chinês alocado no subcontinente entre 2005 e 2018 (CGIT, 2019).

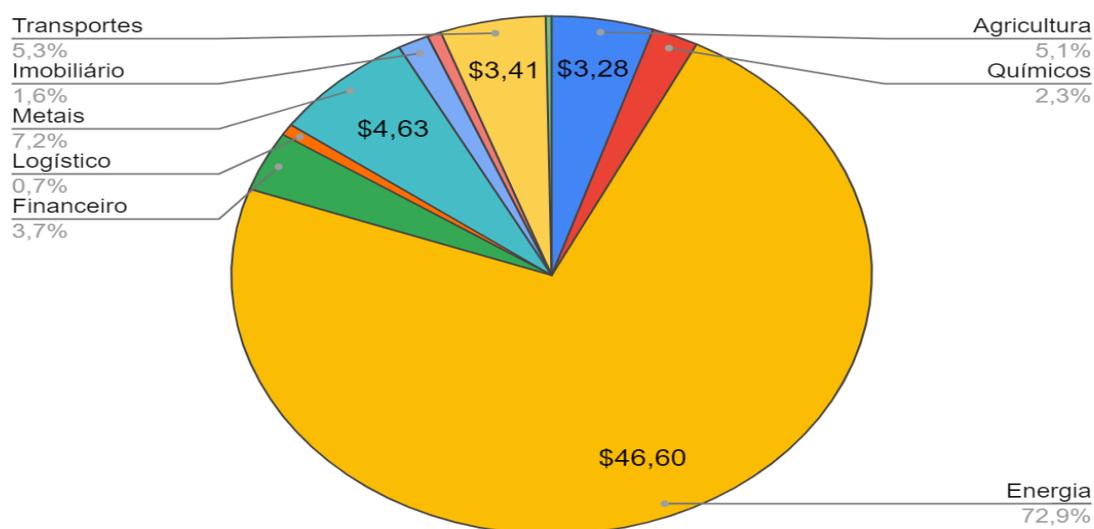
Gráfico 6 - Investimentos chineses no setor energético, em US\$ bilhões, 2005-2018



Fonte: CGIT, 2019. Elaboração do autor

Constata-se, a partir do Gráfico 6, o incremento dos investimentos chineses no setor energético a partir de 2010. Considerando o intervalo temporal de 2005 a 2018, os investimentos chineses no Brasil totalizaram US\$ 63,91 bilhões, ao passo que os investimentos alocados no setor energético totalizaram US\$ 46,6 bilhões (CGIT, 2019). Os fluxos de IED chinês no Brasil, portanto, foram direcionados, em mais de 70%, ao setor energético. O Gráfico 7 ilustra a preponderância do setor energético nos investimentos chineses alocados no Brasil, considerando o intervalo temporal 2005 a 2018:

Gráfico 7 - IED chinês no Brasil, em bilhões de US\$ e em valor percentual, por setor, 2005-2018.



Fonte: CGIT, 2019. Elaboração do autor.

Considerando os Gráficos 6 e 7, nota-se a prevalência do setor energético em relação ao total do IED chinês. Diante disso, pretende-se começar a desnudar esses investimentos, primeiramente em termos setoriais. O mapeamento desses investimentos no sistema energético brasileiro ocorrerá pela sua separação em dois setores: 1) petróleo e gás; 2) setor elétrico (geração e distribuição). Esses setores serão priorizados à medida em que são os mais representativos, ao mesmo tempo em que constituem espaços de atuação destacada das estatais chinesas no país.

Quadro 1 - Investimentos chineses no setor de petróleo e gás, 2010-2017

Empresa chinesa	Ano	Aquisição ou investimento	Valores	Observações
Sinochem	2010	40% Statoil	US\$ 3 bilhões	Participação na exploração do Campo Peregrino (pré-sal)
Sinopec	2010	40% Repsol	US\$ 7,1 bilhões	Mudança de nome para Repsol Sinopec
Sinopec	2011	30% Petrogal Brasil	US\$ 4,8 bilhões	Participação nos campos Pão de Açúcar e Sapinhoá (pré-sal)
CNOOC	2013	10% Leilão de Libra	US\$ 750 milhões	Maior campo do Pré-Sal. Primeiro leilão de partilha
CNPC	2013	10% Leilão de Libra	US\$ 750 milhões	Maior campo do pré-sal. Primeiro leilão de partilha
ICBC	2015	Financiamento	US\$ 2 bilhões	Financiamento entre a ICBC Leasing e a Petrobras.
China Investment Corporation (CIC)	2016	Nova Transportadora Sudeste (NTS), subsidiária da Petrobrás.	US\$ 1,090 bilhão	Participação de 8,5% em um Fundo de Investimento em Participação (FIP), responsável pela transação que resultou na compra de 90% das ações da NTS.
CNPC	2017	20% da área de Peroba, na Bacia de Santos	US\$ 120 milhões	3a Rodada do Leilão do pré-sal

Fontes: CGIT; CEBC. Elaboração do autor

Percebe-se, a partir do Quadro 1, a presença de investimentos chineses nas áreas de petróleo e gás a partir de 2010. Em um primeiro momento, o modo de ingresso no mercado brasileiro ocorreu via aquisição de empresas já instaladas no Brasil, com destaque para as aquisições de parcelas da espanhola Repsol e da Petrogal Brasil (subsidiária da portuguesa Galp Energia), por parte Sinopec, assim como a aquisição de parcela da norueguesa Statoil, por parte da Sinochem.

Em um segundo momento, a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) ingressaram no mercado brasileiro por meio da participação no primeiro leilão do pré-sal, que tinha como objetivo a partilha do campo de Libra. Em 2017, a CNPC ainda arrematou, na terceira rodada do Leilão do pré-sal, 20% da área de Peroba, na Bacia de Santos. Destaca-se, também, a operação de financiamento realizada pelo *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC) em conjunto com a Petrobras, modalidade que havia sido executada, em 2010 e 2015, junto ao CDB e a

Sinopec (SCHUTTE; DEBONE, 2017). Salienta-se, ainda, a aquisição, por parte da CIC, de uma parcela do Fundo responsável pela transação que resultou na compra de 90% dos ativos da Nova Transportadora Sudeste (NTS), subsidiária da Petrobrás no setor de gás.

As quatro principais empresas chinesas do setor de petróleo e gás atuando no Brasil - Sinopec, Sinochem, CNPC e CNOOC - constituem empresas estatais do governo chinês, que por sua vez atuam com o subsídio de bancos públicos e contam com o suporte político-institucional do governo chinês (JAGUARIBE, 2018; NOGUEIRA; HAFFNER, 2016), reiterando que, no setor energético, há uma articulação entre política externa e segurança energética (CUNHA, 2011). Ou seja, a um primeiro olhar, os investimentos chineses no setor de petróleo e gás buscam a aquisição e o controle de recursos naturais, caracterizando-os enquanto investimentos do tipo *resource-seeking*⁴¹.

A Sinochem, responsável pela compra de 40% da Statoil, adquiriu o direito de explorar o campo de Peregrino, localizando no pré-sal brasileiro. Além do campo de Peregrino, a empresa chinesa possui participação de 40% no campo de Pitangola (Bacia de Campos), em consórcio formado com a Statoil (60%) e, em 2012, assinou contrato com a anglo-francesa Perenco para avaliar a compra de 10% dos ativos em cinco blocos de exploração do pré-sal, na Bacia do Espírito Santo (SCHUTTE; DEBONE, 2017).

Em relação a empresa Sinopec, esta se encontra no mercado brasileiro desde 2004, ano que se deu início a construção do já mencionado gasoduto GASENE. Entre 2004 e 2010, a Sinopec atuou no mercado brasileiro através da prestação de serviços de engenharia, englobando os setores de mineração, petróleo e gás e agronegócio (CEBC, 2013). A aquisição de 40% dos ativos da empresa Repsol permitiu a Sinopec o ingresso no pré-sal brasileiro, já que a empresa espanhola é a empresa estrangeira líder em direitos de exploração nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo (CEBC, 2013). Além das aquisições de parcelas das operações da Repsol e da Galp Energia, a Sinopec, em razão do Acordo de Cooperação Estratégica - assinado entre Petrobras, CDB e Sinopec -, adquiriu o direito de sozinha, explorar dois blocos da Petrobras na Bacia do Pará-Maranhão (SCHUTTE; DEBONE, 2017).

Conforme mencionado, a participação chinesa no setor energético, em 2013, alargou-se para incluir as empresas CNPC e CNOOC. As estatais chinesas (10% cada), em consórcio liderado pela Petrobras (40%) em conjunto a anglo-holandesa Shell (20%) e a francesa Total (20%), arremataram os direitos de exploração do campo de Libra, o maior do pré-sal

⁴¹ Dunning (2003) estabelece uma tipologia para distinguir estratégias de internacionalização de empresas. O IED de caráter *resource-seeking* busca assegurar o acesso a recursos naturais.

(FERNANDES, 2014). A participação no consórcio vencedor, além de demonstrar o posicionamento das petrolíferas chinesas como agentes protagônicos da indústria energética (LIAO, 2015), assegura a exploração, por 35 anos, do maior campo de petróleo do Brasil⁴². Por fim, em 2018, a CNOOC, em consórcio com a BP Energy e a Ecopetrol, arrematou o bloco de Pau Brasil, no pré-sal da Bacia de Santos (CEBC, 2019).

Quadro 2 - Investimentos chineses no setor hidrelétrico, 2013-2017

Empresa chinesa	Ano	Aquisição ou investimento	Valores	Observações
China Three Gorges (CTG)	2013	50% hidrelétrica Cachoeira Caldeirão	US\$ 130 milhões	Os 50% adquiridos pela CTG eram da empresa EDP Energia.
CTG	2013	50% hidrelétrica Antônio do Jari	US\$ 250 milhões	Os 50% adquiridos pela CTG eram da empresa EDP Energia.
CTG	2013	33,3% hidrelétrica de São Manoel (MT)	US\$ 390 milhões	Compra de metade (33,3%) da posição que a empresa EDP detinha na empresa São Manoel.
CTG	2015	Hidrelétricas de Salto (Goiás) e Garibaldi (Santa Catarina)	US\$ 490 milhões	As hidrelétricas foram vendidas pela empresa Triunfo.
CTG	2016	Hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira	US\$ 3,660 bilhões	Aquisição ocorreu em leilão realizado pela ANEEL.
CTG/CDB	2016	8 usinas hidrelétricas e duas pequenas centrais hidrelétricas	US\$ 1,2 bilhão	Aquisição dos ativos da Duke Energy no Brasil
State Power Investment Corporation (SPIC)	2017	Hidrelétrica de São Simão, localizada no rio Paranaíba.	US\$ 2,260 bilhões	Aquisição ocorreu em leilão realizado pela ANEEL.

Fontes: CGIT, CEBC. Elaboração do autor

Constata-se, por meio do Quadro 2, o protagonismo da empresa *China Three Gorges* (CTG) no setor geração de energia hidrelétrica. Posteriormente, se verificará o papel ainda mais destacado da empresa *State Grid Corporation of China* (SGCC), especialmente no setor de transmissão de energia elétrica. Segundo Schutte e Debone (2017), a CTG escolheu o Brasil como prioritário em sua estratégia de expansão internacional, estabelecendo parcerias com empresas reconhecidas no setor, como foi o caso da EDP Energia. A empresa adquiriu ativos das empresas Triunfo e Duke Energy, ao passo que arrematou as hidrelétricas de Jupia, Ilha Solteira e São Simão em leilões realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em janeiro de 2016, a CTG já era a maior geradora de energia do país, atrás

⁴² A ANP estima que os recursos recuperáveis de Libra possam variar entre oito e doze bilhões de barris de petróleo e que seu pico de produção possa chegar a 1,4 milhão de barris por dia. Disponível em: <<http://www.shell.com.br/sobre-a-shell/nossos-negocios/libra.html>> Acesso em: 10 de dez. 2019

somente da Eletrobrás (SCHUTTE; DEBONE, 2017). A estatal chinesa, no final de 2014, ainda concluiu a aquisição de 49% nos parques eólicos em operação e em desenvolvimento no país da EDP Renováveis Brasil⁴³ (RIBEIRO, 2015).

Mais recentemente, a empresa *State Power Investment Corporation* (SPIC) ingressou no mercado brasileiro através da aquisição, via leilão realizado pela ANEEL, da hidrelétrica de São Simão, localizada no rio Paranaíba. A empresa, que também é detentora de dois parques eólicos no estado da Paraíba⁴⁴, vem tentando adquirir a hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira (RO), embora sem confirmação até o presente momento. A empresa realizou uma proposta de R\$ 10 bilhões aos sócios que controlam 61% da hidrelétrica: Odebrecht Energia, Andrade Gutierrez e Cemig, além do FGTS (EXAME, 2018).

Quadro 3 - Investimentos chineses no setor de transmissão de energia elétrica

Empresa chinesa	Ano	Aquisição ou investimento	Valores	Observações
SGCC	2010	Compra de ativos da Plena Transmissoras (espanhola Elecnor)	US\$ 1,720 bilhões	Compra de sete transmissoras de energia (linhas de transmissão)
SGCC	2012	Compra de ativos da espanhola Actividades de Construcción y Servicios (ACS).	US\$ 940 milhões	Ativos de transmissão de eletricidade de alta voltagem
SGCC	2016	Compra de linhas de transmissão no Mato Grosso do Sul	US\$ 110 milhões	Compra ocorreu em leilão realizado pela ANEEL.
SGCC	2016	Compra de 54,64% das ações de participação acionária da CPFL Energia	US\$ 4,910 bilhões	Ações pertenciam à Camargo Corrêa e aos fundos de pensão Previ, Fundação Cesp, Sabesp, Sistel e Petros
SGCC	2017	Compra de 408 milhões de ações da CPFL (40,11%).	US\$3,440 bilhões	Controle acionário passou a ser de 94,64%.

Fontes: CGIT; CEBC. Elaboração do autor

Conforme ilustrado no Quadro 3, o ingresso da SGCC ocorre no ano de 2010, quando a empresa chinesa, por meio *State Grid Brazil Holding*⁴⁵ (SGBH), investiu US\$ 1,72 bilhões na compra de sete das doze empresas de transmissão subsidiárias da companhia Plena Transmissoras (FERNANDES, 2014). Essa aquisição marcou o primeiro grande

⁴³ O valor dessa aquisição foi de aproximadamente US\$ 120 milhões (CGIT, 2019).

⁴⁴ Ver site da empresa: <<https://www.spicbrasil.com.br/geracao/#valedosventos>> Acesso em 16 de nov. 2019.

⁴⁵ Vanderlei (2018) ressalta que a criação da SGBH está associada a um longo processo de negociação entre a ANEEL, a SGCC e a empresa espanhola *Elecnor S.A.*, que por sua vez era a empresa que detinha a posse do consórcio Plena Transmissora.

investimento do conglomerado chinês do setor elétrico em países não-asiáticos (FERNANDES, 2014; SCHUTTE; DEBONE, 2017), ao mesmo tempo em que colocou a SGHB como a quinta maior empresa do segmento de transmissão de energia no Brasil (VANDERLEI, 2018). Em 2012, a SGHB adquiriu ativos de sete linhas de transmissão - com um total de 2.800 quilômetros - e que pertenciam ao grupo espanhol *Actividades de Construcción y Servicios* (ACS) (BECARD, 2014; SCHUTTE; DEBONE, 2017).

Em 2016, a SGBH, ao comprar 54,65% das ações da CPFL Energia - o maior grupo privado de geração e distribuição de energia no Brasil -, realizou o seu maior investimento até então, totalizando mais de US\$ 4,9 bilhões (CGIT, 2019). Aproveitando-se das dificuldades enfrentadas pela empresa Camargo Corrêa, a SGBH acabou comprando a sua parcela na empresa, ficando também com as ações dos fundos de pensão Previ, Fundação Cesp, Sabesprev, Sistel e Petros (CEBC, 2017; SCHUTTE; DEBONE, 2017). Em dezembro de 2017, a SGBH adquiriu mais 40,11% das ações ordinárias da CPFL, totalizando 94,75% do capital social da empresa⁴⁶. Antes de analisar com mais detalhe o crescente papel desempenhado pela SGBH no setor elétrico, é importante apresentar os investimentos em contratos de construção (CGIT, 2019) realizados por parte da empresa (Quadro 4).

Quadro 4 - State Grid e contratos de construção, 2012-2015

Ano	Volume do investimento	Descrição
2012	US\$ 0,560 milhões	Em parceria com a empresa paranaense Copel, a State Grid arrematou os lotes A e B do primeiro leilão de transmissão de energia elétrica do Complexo de Tele Pires.
2014	US\$ 0,970 milhões	O consórcio IE Belo Monte, formado pela State Grid (51%) e pelas brasileiras Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%), foi o vencedor do leilão da primeira linha de transmissão do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.
2015	US\$ 2,20 bilhões	A State Grid venceu o leilão realizado pela ANEEL para a construção da segunda linha de transmissão de Belo Monte.

Fontes: CGIT; CEBC. Elaboração do autor.

Após a criação da SGBH e da aquisição dos ativos da empresa Plena Transmissora, em 2010, a empresa, a partir de 2012, inicia uma gradual expansão no segmento de transmissão de energia elétrica, sobretudo através da ativa participação em leilões promovidos pela ANEEL e da realização de parcerias com empresas brasileiras interessadas

⁴⁶ Ver Relatório de Administração da SGBH, disponibilizado pelo Valor Econômico: <https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/18-04_state_grid_balanco_c.pdf> Acesso em 10 de nov. 2019

em projetos na área de *greenfield* no setor elétrico (VANDERLEI, 2018). Em 2012, por meio de uma parceria com a empresa brasileira Copel Geração de Energia S.A, a SGBH arrematou os Lotes A e B do Complexo Tele Pires (SCHUTTE; DEBONE, 2017), que constituem projetos voltados à construção de subestações energéticas e de linhas de transmissão de Alta Tensão, nas regiões de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais (VANDERLEI, 2018).

Em 2014, a SGBH firma sua primeira parceria na área de Ultra-Alta Tensão, formando o consórcio IE Belo Monte, composto pela SGBH (51%) e duas subsidiárias da Eletrobrás - Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%). O consórcio se responsabilizou pela construção e operação da Linha de Transmissão Xingu-Estreito, de 2.092 quilômetros, duas estações conversoras de energia, em projeto de escoamento de energia do Pará aos centros de carga na região sudeste do país (BECARD, 2014; SCHUTTE; DEBONE, 2017). O projeto, além de evidenciar um novo ciclo de investimentos no setor elétrico - não mais marcado pela presença de corporações ocidentais (BECARD, 2014) -, constitui o primeiro projeto a utilizar a tecnologia UHV, com expectativas relacionadas ao aumento da eficiência energética (SCHUTTE; DEBONE, 2017).

Em seguida, a SGBH venceu o leilão para a construção da segunda linha de transmissão de Belo Monte para a região Sudeste, cujas obras destinam-se à construção de 2.250 km de linhas de transmissão (SCHUTTE; DEBONE, 2017), cruzando os estados do Pará, Tocantins, Minas Gerais e Rio de Janeiro (VANDERLEI, 2018). O projeto também prevê a construção das estações conversoras de Xingu e Terminal do Rio (VANDERLEI, 2018). Ao final de 2015, a SGBH já detinha o controle de 6.040 quilômetros de linhas de transmissão e 34 subestações⁴⁷. Atualmente, a empresa controla 11.169 quilômetros de linhas de transmissão, 23 concessionárias e está presente em 14 estados brasileiros (EXAME, 2019).

O mapeamento dos investimentos chineses, em conjunto aos achados da produção científica sobre o tema, permite extrair algumas conclusões a respeito do padrão do IED chinês no setor energético. Antes de pontuar alguns aspectos, é válido ressaltar que o incremento desses investimentos, assim como a confirmação dos projetos anunciados, está relacionado ao contexto econômico brasileiro, que apresenta um cenário de desaceleração e, a partir de 2015, de recessão econômica, o que facilitou a entrada de empresas chinesas pela compra de ativos nacionais. Isto porque, sob o propósito de equilíbrio das contas públicas, o Estado brasileiro vem estabelecendo uma política de venda e privatização de ativos nacionais. A China, imbuída de um aparato político-institucional de suporte à internacionalização de

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.stategrid.com.br/pagina-inicial/ativos/>> Acesso em 17 de nov. 2019.

empresas (SAUVANT; CHEN, 2014) e de uma perspectiva pragmática e voltada ao atendimento de interesses no longo prazo, vem aproveitando as oportunidades de negócio oferecidas pelo Brasil, assim como pelas corporações estrangeiras afetadas pela crise financeira de 2008.

Diante disso, é possível extrair dois aspectos relevantes do padrão do IED chinês no setor energético brasileiro: 1) as empresas estatais - State Grid, CTG, Sinochem, CNOOC, CNPC e Sinopec - constituem as principais investidoras chinesas no setor energético; 2) o modo de ingresso das estatais chinesas do setor de energia ocorre especialmente via fusões e aquisições e pela participação em consórcios vencedores de leilões e processos licitatórios. Considerando esses dois aspectos relativos ao IED chinês, percebe-se que, sob a perspectiva chinesa, há o interesse de ingressar no mercado energético brasileiro, obter controle e acesso sobre recursos naturais (petróleo e gás) e expandir a inserção de empresas no setor elétrico.

Enquanto o fator de internacionalização no setor de petróleo e gás pode ser explicado pelo acesso e controle de recursos (*resource-seeking*), os investimentos no setor elétrico se caracterizam pela busca de mercados e aquisição de ativos estratégicos (*market e strategic asset seeking*) (DUNNING, 2003), com destaque para a pretensão da State Grid de consolidar sua liderança na tecnologia de transmissão UHV (SCHUTTE; DEBONE, 2017). Embora possam ter motivações distintas, as implicações e os desafios, sob a perspectiva brasileira, não diferem tanto, ainda mais se considerarmos a centralidade do *sistema energético*⁴⁸ para a promoção do desenvolvimento e garantia da segurança energética (OLIVEIRA, 2012).

3.2 A CHINA COMO DESAFIO E OPORTUNIDADE

Nesta seção, pretende-se trabalhar com os dados anteriormente mapeados, a fim de analisar as implicações e os desafios associados ao fluxo dos capitais no sistema energético brasileiro. Em outros termos, pretende-se demonstrar como esse processo oferece tanto oportunidades quanto desafios ao Brasil. De um lado, é possível destacar a importância dos investimentos chineses em um contexto de desaceleração econômica e de significativo decréscimo da taxa de investimentos - ou da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - nos

⁴⁸ Define-se sistema energético como o “conjunto de infraestruturas e tecnologias envolvidas no aparato de geração, distribuição e consumo final de energia”, sendo isto relevante quando se considera “as políticas voltadas para a expansão ou reorganização da infraestrutura energética e logística de um país ou região” (OLIVEIRA, 2012, p.29)

últimos anos⁴⁹. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar possíveis impactos negativos dessa presença econômica da China, tendo em vista os riscos associados à desnacionalização de setores estratégicos. Não menos importante, busca-se trazer à tona o debate em torno dos riscos à soberania nacional e à segurança energética associados ao controle, por parte de empresas estatais de uma potência estrangeira, de recursos naturais do país e da infraestrutura de geração, distribuição e consumo de energia.

3.2.1 Segurança Energética e impactos e desafios ao desenvolvimento

Nesta subseção, o objetivo consiste em avaliar as implicações e desafios dos investimentos externos chineses no setor energético para o desenvolvimento econômico. Dessa forma, infere-se a existência de uma intrínseca relação entre energia e desenvolvimento - ou, mais especificamente, entre energia, desenvolvimento e infraestrutura (OLIVEIRA, 2012). Parte-se da ideia de que é necessário aumentar os investimentos governamentais em infraestrutura de energia, logística e de comunicação, de modo a assegurar o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza (CRUZ; TEIXEIRA; BRAGA, 2010). Isto posto, reitera-se que a correlação entre energia e desenvolvimento se expressa, por exemplo, na mensuração do índice de consumo de energia, entendido como um parâmetro confiável para avaliar a qualidade de vida de uma população (GOLDEMBERG, 1998; OLIVEIRA, 2012). Ou seja, uma das formas de se avaliar os investimentos chineses no sistema energético brasileiro diz respeito à verificação se estes contribuem para aperfeiçoar a infraestrutura econômica (energia, logística e comunicações) e se proporciona elevações no consumo médio de energia. Antes disso, todavia, entende-se ser pertinente introduzir o conceito de segurança energético, entendida como

(...) o estado “ideal” em que um país ou região têm um nível de disponibilidade de energia que seja suficiente para manter taxas razoáveis de crescimento econômico e desenvolvimento, mantendo ou, preferencialmente, melhorando progressivamente as condições de vida de sua população. No longo prazo, isto significa a capacidade de ampliar o consumo de energia sem grandes obstáculos, sejam estes de natureza tecnológica ou limitações de infraestrutura de geração e distribuição de energia, ou de disponibilidade de recursos energéticos. As condições ideais de Segurança Energética devem incluir, ainda, a garantia da integridade e segurança da infraestrutura de energia (geração, distribuição e consumo de energia), necessária para sustentar a Logística Nacional e a soberania do Estado, incluindo a

⁴⁹ Entre 2015 e 2019, se notou uma queda acentuada na FBCF, com destaque para os setores de construção e de máquinas e equipamentos. Em 2010, a FBCF correspondia a 20,5% do PIB e, em 2019, decaiu para 15,5% do PIB. Dados disponíveis em: <<https://bit.ly/34EBWIm>> Acesso em 09 de dez. 2019.

disponibilidade de recursos energéticos (combustíveis e eletricidade) necessários para a logística militar e para a defesa nacional (OLIVEIRA, 2015, p.8).

Dado o excerto acima, é possível apreender que a Segurança Energética de um Estado depende de suas capacidades de prover o abastecimento de insumos energéticos voltados à expansão econômica e ao desenvolvimento, ao mesmo tempo em que envolve a garantia da integridade e segurança da infraestrutura energética, necessária para sustentar a soberania nacional. Em outros termos, a segurança energética se relaciona com a capacidade de preservar os meios de fornecimento de energia e de proteger toda a cadeia de suprimentos de energia e de infraestrutura energética (GALVÃO, 2008). O conceito de Centro de Decisão Energético⁵⁰, entendido como “a capacidade de planejamento e decisão da construção e do uso da infraestrutura logístico-energética e produtiva” (OLIVEIRA, 2012, p.26), também é útil para compreender os impactos do investimento chinês no sistema energético brasileiro.

Considerando a correlação entre crescimento econômico e consumo de energia (OLIVEIRA, 2012; COUTINHO, 2018) - assim como a permanência dos combustíveis fósseis na matriz energética mundial (SMIL, 2010) -, entende-se ser relevante apresentar, primeiramente, dados relativos à oferta e à demanda por energia. Posteriormente, julga-se importante apresentar dados relativos à indústria do petróleo e gás no Brasil, bem como as modificações relativas às regulamentações sobre pré-sal brasileiro. Por outro lado, se buscará compreender os impactos ao desenvolvimento associados à crescente desnacionalização - ou “neoliberalização” - do setor elétrico nacional (WERNER, 2019).

Figura 1 - Oferta Interna de Energia e de Oferta Interna de Energia Elétrica, 1970-2018

Parâmetros	Unidade	1970	1980	1990	2000	2010	2017	2018
Oferta Interna de Energia (OIE)	10 ⁶ tep	66,9	114,7	141,9	190,1	268,8	293,3	288,4
Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) ¹	TWh	45,7	139,2	249,4	393,2	550,4	625,7	636,4
População	10 ⁶ hab	95,7	122,2	148,1	174,7	196,4	207,6	209,3
PIB [2010] ²	10 ⁹ US\$	567,3	1.297,7	1.517,1	1.953,0	2.803,6	2.892,2	2.924,5
Indicadores	Unidade	1970	1980	1990	2000	2010	2017	2018
PIB per capita	US\$/hab	5.928	10.619	10.244	11.179	14.275	13.928	13.972
OIE per capita	tep/hab	0,699	0,939	0,958	1,088	1,369	1,412	1,378
OIE por PIB [2010]	tep/10 ³ US\$	0,118	0,088	0,094	0,097	0,096	0,101	0,099
OIEE per capita	kWh/hab	478	1.139	1.684	2.251	2.802	3.013	3.040
OIEE por PIB [2010]	kWh/10 ³ US\$	81	107	164	201	196	216	218

Fonte: EPE, 2019.

⁵⁰ Oliveira (2012) adapta o conceito de Furtado (1962) de Centro de Decisão Econômico e elabora o seu entendimento sobre o que constitui o Centro de Decisão Energético de um Estado.

Percebe-se, a partir da Figura 1, que a Oferta Interna de Energia (OIE) e a Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) cresceram, entre 2010 e 2018, a um ritmo menor do que no período entre 2000 e 2010. Em termos *per capita*, o crescimento da OIE foi ainda mais tímido. Por outro lado, a OIEE cresceu a um ritmo mais elevado que o da OIE entre 2010 e 2018, embora esse crescimento tenha sido inferior ao verificado entre 2000 e 2010.

Em termos *per capita*, verifica-se que a segunda década do século XXI, notadamente marcada pelo ingresso de IED chinês no setor energético, não teve como resultado uma expansão significativa da OIE. Diante disso, é possível inferir que a natureza dos investimentos chineses, caracterizado pela busca de recursos naturais (*resource-seeking*) e pela aquisição de empresas já instaladas no Brasil (MACADAR, 2018; WOLF, 2019), não contribuiu para aumentar de forma substantiva os níveis de OIE e de OIEE. Com efeito, o potencial de crescimento do consumo energético e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico e social, não se alterou substantivamente em virtude dos investimentos chineses.

O modo de entrada das empresas chinesas no setor energético, caracterizado em sua maioria pela compra, via fusões e aquisições (F&A), de empresas já instaladas no país, tende a não contribuir para o aumento da capacidade produtiva (MACADAR, 2018) e, no caso do setor energético, para aumentar a OIE. Em relação à produção de petróleo, setor em que se encontram projetos *greenfield*⁵¹ de investimento, atesta-se que, entre 2010 e 2018, se percebeu um incremento da produção, chegando a marca de 944 milhões de barris/ano em 2018 (ANP, 2019).

Tabela 1 - Produção de petróleo no Brasil, por milhões de barris/ano, 2009-2019

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pré-sal	6	16	44	62	110	179	280	372	469	521,5
Pós-sal	705	733	724	692	628	643	609	546	487	422,5
Total	711	749	768	754	738	822	889	918	956	944

Fonte: ANP, 2019. Elaboração do autor

Apreende-se, a partir da Tabela 1, a crescente importância do pré-sal na produção de petróleo no Brasil, que passou de 6 milhões de barris/ano (2009) para mais de 521 milhões de barris/ano (2018), atingindo a representação de 55% da produção nacional (ANP, 2019).

⁵¹ Projetos *greenfield* são aqueles caracterizados pelo estabelecimento de empreendimentos novos, sem contar com estruturas já existentes. Em termos de desenvolvimento, os projetos *greenfield* tendem a gerar maiores impactos (MACADAR, 2018).

A média diária de produção do pré-sal alcançada em 2018 foi de 1,4 milhão de barris (ANP, 2019). O pré-sal se caracteriza por ser

(...) uma área que possui uma camada rochosa do subsolo marinho com ricas reservas petrolíferas, localizada sob uma profunda camada de rochas evaporíticas, também conhecidas como rochas salinas ou salíferas. Esta área é formada predominantemente por rochas reservatório e, também, por rochas geradoras de petróleo [...] as reservas do pré-sal encontradas no litoral do Brasil foram, à época de sua descoberta, as mais profundas em que já foi encontrado petróleo em todo o mundo. Representam também o maior campo petrolífero já encontrado em uma profunda região abaixo das camadas de rochas salinas ou evaporíticas (OLIVEIRA et al, 2017).

Em termos de produção por concessionário, a Petrobras, em 2018, permaneceu responsável pela produção de 73,5% do petróleo do pré-sal - embora em uma tendência decrescente⁵² -, sendo seguida pela Shell Brasil (12,6%). As empresas chinesas ou com participação acionária chinesa aparecem em terceiro e quarto lugar, representadas pela Petrogal Brasil (3,4%) e Repsol Sinopec (2,9%). A empresa chinesa Sinopec Petróleo aparece com 1% da produção por concessionário (ANP, 2019). Brevemente, salienta-se que o aumento da produção de petróleo no pré-sal foi acompanhado por um incremento na produção de gás, contribuindo para crescimento de sua participação na OIE⁵³.

Embora com uma participação reduzida em termos de produção por concessionário, é possível depreender que, desde a participação no Leilão de Libra (2013), há o interesse chinês em seguir explorando o potencial petrolífero do pré-sal, tendo em vista as reservas provadas de petróleo⁵⁴ e, não menos relevante, a pretensão das empresas chinesas de adquirirem *know-how* na extração de petróleo em águas profundas, o que auxiliaria a exploração de recursos petrolíferos *offshore* presentes, por exemplo, no Mar do Sul da China (NETO; CRUZ, 2017). Em 2019, as estatais chinesas - CNOOC e *China Southern Petroleum Exploration and Development Corporation* (CNODC) - participaram do leilão excedente da cessão onerosa, desembolsando R\$ 6,81 bilhões para os 10% do campo de Búzios, no pré-

⁵² Assim como já havia acontecido em 2017, a Petrobras teve menor participação em relação ao ano anterior. Em 2017, a participação da empresa era de 77,8% da produção de petróleo do pré-sal (ANP, 2019).

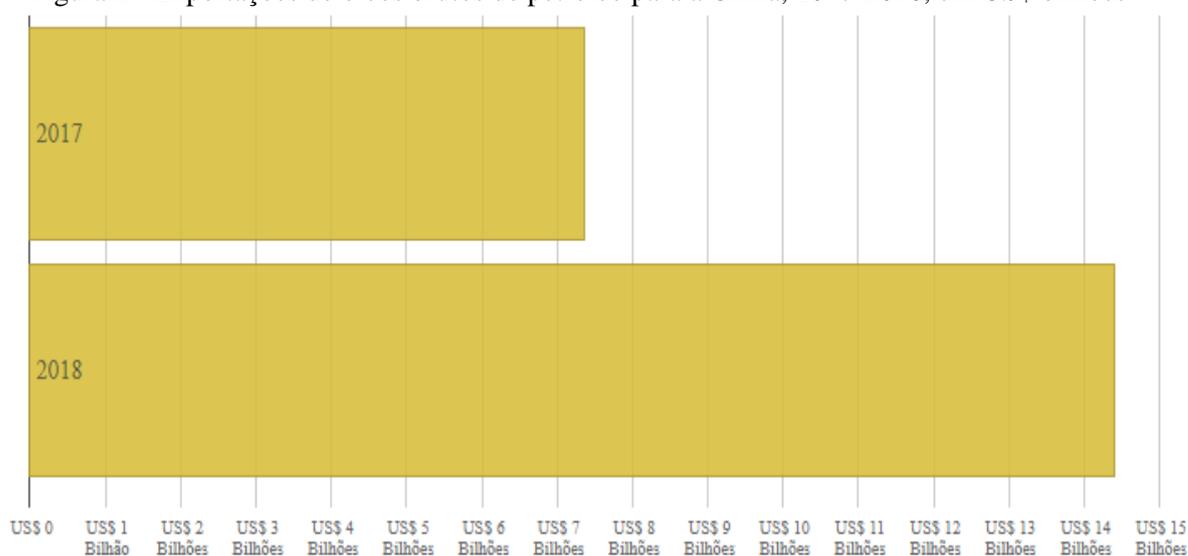
⁵³ No total, a produção de gás natural saltou de 21 bilhões de m³ para mais de 40 bilhões de m³. No pré-sal, a produção era de 266 milhões de m³, em 2010, e cresceu para mais de 18 bilhões de m³, em 2018 (ANP, 2019). Em termos de OIE, o gás natural representava, em 2010, 10,2% do total nacional, ao passo que, em 2018, representou 12,4% (EPE, 2019).

⁵⁴ Entre 2009 e 2018, se verificou um aumento nas reservas provadas e nas reservas totais de petróleo. Em 2009, as reservas totais eram de 21,1 bilhões de barris, enquanto as reservas provadas eram de 12,8 bilhões. Em 2018, as reservas totais subiram para 24,3 bilhões de barris, enquanto as reservas provadas subiram para 13,4 bilhões de barris. O Brasil ocupa o 15º lugar no ranking mundial de países com as maiores reservas provadas de petróleo (ANP, 2019).

sal da Bacia de Santos, em consórcio formado com a Petrobras, que terá 90% da área com reserva estimada em 10 bilhões de barris de óleo e gás⁵⁵.

No geral, a participação chinesa no pré-sal, embora ainda em termos reduzidos, trouxe impactos ao aumento da produção petrolífera, ao mesmo tempo em que o país asiático se consolidou enquanto o principal destino das exportações brasileiras de petróleo. Em 2017, a China importou 227,6 milhões de barris de petróleo do Brasil, representando 55,5% do total de petróleo exportado (ANP, 2019). Em 2018, houve um incremento significativo nas exportações de óleos brutos de petróleo, que passaram a ser o segundo produto mais exportado para a China, atrás apenas das exportações de soja:

Figura 2 - Exportações de óleos brutos de petróleo para a China, 2017-2018, em US\$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia, 2019.

Embora a produção de petróleo tenha crescido entre 2009 e 2018, especialmente em razão do aumento da produção no pré-sal, o que se notou, ao longo do mesmo período, foi uma redução na quantidade de petróleo refinado no Brasil, assim como a estagnação da capacidade de refino nacional⁵⁶. Ou seja, o aumento da produção petrolífera foi seguido somente de um aumento das exportações de óleos brutos de petróleo, especialmente para a China. O aumento da produção de petróleo veio acompanhada de um aumento na capacidade

⁵⁵ Ver reportagem Época: <<https://glo.bo/2PGdEcE>> Acesso em 10 de dez. 2019

⁵⁶ Em 2009, o volume de petróleo processado por refinarias foi de 1,776 milhões de barris/dia, enquanto em 2018 esse valor decresceu para 1,672 milhões barris/dia. A capacidade de refino no Brasil é de 2,3 milhões de barris/dia. Em 2018, o fator de utilização das refinarias foi de 75,8% (ANP, 2019).

ociosa das refinarias nacionais, gerando um maior volume de importação de petróleo refinado, sobretudo de combustíveis (gasolina e diesel)⁵⁷.

Esse padrão, caracterizado pela exportação de petróleo cru, não gera desenvolvimento, uma vez que impede a articulação da produção de petróleo com os demais ramos da indústria nacional (COUTINHO, 2018). Essa tendência também se explica pela política de preços⁵⁸ adotada pela Petrobras durante a gestão de Pedro Parente, assim como pela estratégia de “desinvestimento⁵⁹” implementada pela empresa. A estratégia de desinvestimentos da companhia também pode afetar a indústria petroquímica, ainda mais se considerarmos a possibilidade de desnacionalização da Braskem, empresa que nos anos 2000 desempenhou um papel central no setor, em um processo que envolveria a venda dos ativos controlados pela Odebrecht (50,1%) e pela própria Petrobras (36,1%) para a empresa holandesa *Lyondell Basell* (DIEESE, 2018).

No setor de petróleo e gás, os investimentos chineses contribuíram ao aumento da exploração e extração de petróleo e gás no pré-sal, embora esse aumento não tenha sido seguido por uma política nacional de incremento da capacidade de refino, o que sugere a opção, por parte do Estado brasileiro e da própria Petrobras, de adotar uma estratégia voltada à expansão das exportações de óleos brutos de petróleo. Entre as consequências dessa opção, é possível citar impactos na desindustrialização em setores cruciais para soberania energética e geração de empregos (CAMPELLO, 2018), ao passo que tornando setores como o agronegócio mais dependente de multinacionais, produtoras de insumos e fertilizantes agrícolas (MARANHÃO, 2017).

Aliado a isso, as modificações no marco regulatório do pré-sal impõem desafios ao desenvolvimento, visto que retira da Petrobras o papel protagônico na exploração dos campos do Pré-Sal. A lei 12.351, de 2010, tornava obrigatória a participação da Petrobras em todos os consórcios de exploração em áreas do pré-sal, com participação mínima de 30%⁶⁰. Com a

⁵⁷ O Brasil nunca comprou tanta gasolina e diesel de outros países como nos últimos dois anos. Em 2017, a alta das importações foi de 61%, na comparação com o ano anterior. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/importacao-de-gasolina-e-diesel-bate-recorde-e-producao-nacional-cai-09062018>> Acesso em 05 de dez. 2019.

⁵⁸ Ver matéria Folha de São Paulo, que ilustra como a política de preços prejudicou os consumidores e a própria Petrobras: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/consumidores-e-petrobras-perdem-com-a-politica-de-precos-de-parente.shtml>> Acesso em 08 de dez. 2019.

⁵⁹ De acordo com a empresa: “A Petrobras [...] ampliou os desinvestimentos nos anos recentes para reduzir o seu endividamento e focar em negócios com menor risco e maior rentabilidade”. Ver site da Petrobras: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/por-que-parcerias-e-desinvestimentos-sao-importantes-para-a-petrobras.htm>> Acesso em 07 de dez. 2019.

⁶⁰ A lei 12.351 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm> Acesso em: 05 de dez. 2019

lei 13.365⁶¹, de novembro de 2016, a Petrobras não é obrigada a participar de todas licitações referentes à exploração do pré-sal, permitindo a companhia, segundo o seu então presidente, Pedro Parente, “alocar nossos investimentos de forma empresarialmente responsável”⁶².

A atual perspectiva estratégica da Petrobras, voltada à extração de petróleo, reduz a integração da empresa com outros ramos da indústria nacional (petroquímica, refino, indústria naval, serviços de engenharia e logística marítima). Em consequência, o investimento chinês, para as autoridades brasileiras, passa a ser bem-vindo somente pela ótica do equilíbrio fiscal, transparecendo uma ausência de visão estratégica e de longo prazo (QUEIROZ, 2018). Nos últimos anos, essa orientação, carente de conotação estratégica, tem se manifestado em propostas voltadas à extinção da política de conteúdo local (COUTINHO, 2018; MARANHÃO, 2017) e até mesmo de revogação do Fundo Social do pré-sal⁶³, outrora entendido como a grande oportunidade para reverter históricas assimetrias sociais (SAUER; RODRIGUES, 2016).

Especificamente em relação ao pré-sal, o entendimento passa a ser o de que o Brasil está perdendo uma excelente oportunidade para o “desenvolvimento da tecnologia, da engenharia e da indústria nacionais, a exemplo do que ocorreu em outros países” (COUTINHO, 2018, s/p). De forma similar, Campello (2018) adverte que retirar a primazia da Petrobras sobre o pré-sal poderá ocasionar impactos associados à desindustrialização em setores cruciais para a soberania energética e geração de empregos no território nacional, principalmente se levarmos em consideração que, historicamente, a Petrobras é uma grande investidora, geradora de empregos diretos e indiretos e com capacidade para sustentar o crescimento do PIB e dinamizar cadeias produtivas nacionais complexas.

Em relação ao setor de geração de energia hidrelétrica, igualmente relevante em termos de IED chinês, verifica-se que, a despeito destes, não se verificou um aumento na oferta de energia entre 2009 e 2018. Em termos de Produção de Energia Primária, a energia hidráulica, que em 2009 representava 14% do total nacional, decresceu para 10,9%, em 2018 (EPE, 2019). Em relação à OIE, igualmente se notou uma redução, de 15,2% (2009) para

⁶¹ A lei 13.365 encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13365.htm#art1> Acesso em: 05 de dez. 2019.

⁶² Ver reportagem El País, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/economia/1477353770_864008.html> Acesso em 05 de dez. 2019.

⁶³ Os recursos do Fundo Social do pré-sal, em função de sua robustez financeira, têm sido apresentados como um elemento em disputa, ainda mais em um contexto de crise financeira e redução da capacidade financeira da União, dos estados e dos municípios. Ver reportagem GGN, disponível em: <<https://jornalggn.com.br/analise/o-fundo-social-do-pre-sal-na-mira-da-disputa-federativa-por-recursos-por-carla-borges-ferreira/>> Acesso em: 10 de dez. 2019

12,6% (2018) (EPE, 2019). No que diz respeito ao setor de transmissão de energética elétrica, caracterizado pela presença relevante da SGHB, atesta-se que este vem sendo objeto de discussões a respeito dos benefícios e desafios ao desenvolvimento brasileiro.

De um lado, reconhece-se, sob o ponto de vista brasileiro, o componente estratégico da parceria entre a Eletrobras e a chinesa State Grid, dada a possibilidade de relevantes avanços em termos tecnológicos (MORENO, 2015). O linhão de Belo Monte, por exemplo, vai estreitar no Brasil a transmissão em corrente contínua (CC) com o uso de tecnologia UHV, gerando expectativas sobre o aumento da eficiência energética (SCHUTTE; DEBONE, 2017). Há, nesse sentido, esforços empreendidos pela Eletrobrás, a fim de testar, sob coordenação do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL)⁶⁴, equipamentos em correntes alternadas e contínuas mais elevadas, de até 1100 kv, progredindo em termos de conhecimento e tecnologia no setor de energia elétrica (MORENO, 2015).

Por outro lado, deve-se atentar aos riscos relacionados à nova rodada neoliberal e a retomada das privatizações (WERNER, 2019), principalmente com a emergência de propostas voltadas à privatização da Eletrobrás. No âmbito das mudanças regulatórias, o governo editou a Medida Provisória 814/2017, que retira restrições da venda de distribuidoras da Eletrobras e revoga o artigo 31 da Lei 10.848, de 2004, que excluía a estatal e suas controladas do Programa Nacional de Desestatização (PND) (WERNER, 2019). De acordo com DIEESE (2017), o programa de privatizações, inaugurado ainda em 2016, impacta as esferas federal (grupo Eletrobras) e estadual (concessionárias de distribuição), com potencial de reduzir o protagonismo da Eletrobras no setor elétrico nacional, bem como de vincular as concessionárias de distribuição dos estados às políticas de alienação do patrimônio estadual, estimuladas em um contexto de renegociação da dívida entre os entes federativos e a União⁶⁵.

Embora as estatais (federais e estaduais) ainda controlassem, em 2017, cerca de 40% da capacidade de geração, 65% das linhas de transmissão e 25% do mercado de distribuição nacional (DIEESE, 2017), apreende-se, em um contexto de um novo choque de privatizações, desafios associados à pressão chinesa sobre o setor elétrico brasileiro (SILVA, 2019). Interessados em expandir a atuação internacional de suas empresas e em desenvolver seu

⁶⁴ Ver página da CEPEL: <http://www.cepel.br/pt_br/laboratorios-e-centros/menu/laboratorio-de-ultra-alta-tensao-externo.htm> Acesso em 12 de dez. 2019.

⁶⁵ No Rio Grande do Sul, as estatais do setor energético - CEE, Sulgás e CRM - tendem a entrar no acordo para adesão do estado ao regime de recuperação. Ver reportagem Sul 21: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2017/03/com-estatais-na-mesa-rs-e-uniao-negociam-moratoria-ao-pagamento-da-divida/>> Acesso em: 12 de dez. 2019.

projeto de eletrificação para o mundo (*Global Energy Interconnection*⁶⁶), as empresas chinesas e a sua atuação no Brasil, especialmente a CTG e a State Grid, podem contribuir ao aprofundamento da desnacionalização setorial (WERNER, 2019).

Em termos de práticas internacionais, a política de privatização do setor elétrico nacional encontra-se na contramão das políticas adotadas por diversos países (PUTY, 2018; HALL, 2016) - como Austrália, Estados Unidos e Alemanha -, que vem implementando medidas no sentido aumentar a participação das empresas públicas de energia elétrica (DIEESE, 2017). Além da segurança nacional, a prestação de serviços de eletricidade por meio de empresas públicas pode contribuir para o desenvolvimento de energias renováveis e o controle de energias não renováveis, assim como para fortalecer as economias locais, especialmente ao oferecer preços mais acessíveis aos consumidores e possibilitar o controle democrático (HALL, 2016).

A privatização e a desnacionalização do setor elétrico suscitam questões relacionadas à segurança energética do país e ao seu controle enquanto insumo estratégico para a competitividade da economia (WERNER, 2019). Questiona-se, assim, os impactos ao desenvolvimento, à medida em que os investimentos externos, na ausência de coordenação estatal sobre o planejamento e a operação da matriz energética nacional (DIEESE, 2017), podem não contribuir ao estabelecimento de sinergias entre setor elétrico e implementação de políticas públicas ao desenvolvimento (WERNER, 2019).

Em termos de desenvolvimento, os investimentos chineses apresentam, simultaneamente, oportunidades e desafios. De um lado, avalia-se como positiva a presença de empresas chinesas em projetos *greenfield*, como ocorre no setor de petróleo e gás, assim como é possível traçar perspectivas positivas em relação aos projetos de cooperação energética no setor elétrico e, mais especificamente, no desenvolvimento de tecnologias de UHV (MORENO, 2015). Outra área em que há espaço para cooperação encontra-se no setor de energias renováveis, com destaque para combustíveis produzidos a partir de biomassa (etanol) (GOMEZ; CHAMON; LIMA, 2012) e para os setores de energia eólica e solar (NETO; CRUZ, 2017), tendo em vista as políticas de fomento à inovação tecnológica

⁶⁶ A Organização Global de Desenvolvimento e Cooperação para Interconexão Energética (GEIDCO, em inglês), com sede permanente em Pequim, China, é uma organização internacional não governamental e sem fins lucrativos entre empresas, associações, instituições e indivíduos dispostos a se dedicar a promover o desenvolvimento sustentável de energia em todo o mundo. Ver site: <<https://bit.ly/2Sdzea0>> Acesso em: 12 de dez. 2019

desenvolvidas pelo país asiático nos últimos anos⁶⁷. Ressalta-se, também, a existência de complementaridades para a cooperação energética sino-brasileira (FERNANDES, 2014) e o fato de que a China desponta como uma atrativa alternativa às tradicionais fontes de financiamento internacional ao desenvolvimento, como o BIRD e o BID (VADELL, 2018).

Por outro lado, é necessário compreender as dinâmicas do investimento chinês para a preparação de políticas públicas voltadas ao aproveitamento das possíveis oportunidades decorrentes desse processo (SCHUTTE; DE BONE, 2017), visto que, sem essa preparação, acentuam-se os riscos e se vê reduzido o potencial de transformação da China enquanto um parceiro do desenvolvimento. Em outras palavras, a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento (BRANDÃO, 2017; PAUTASSO, 2018), combinado a aceleração do processo de desmantelamento do Centro de Decisão Energético, expõe o Brasil a desafios como o da especialização produtiva, da primarização da pauta exportadora (NETO; CRUZ, 2017) e da perda de controle sobre macrodecisões relativas ao desenvolvimento (COUTINHO, 2018; WERNER, 2019), comprometendo, também, a sua capacidade de inserir de forma ativa na América do Sul (PADULA, 2013).

3.2.2 Segurança Energética e impactos e desafios para a soberania

O padrão do investimento chinês no sistema energético brasileiro ocorre sobretudo pelo processo de fusão e aquisição (F&A), não necessariamente implicando em ampliação da capacidade produtiva (WOLF, 2019; MACADAR, 2018). Do ponto de vista da soberania nacional, entende-se que esse padrão de investimento, calcado na busca de recursos (*resource-seeking*) e de aquisição de ativos estratégicos (*strategic-asset-seeking*) (DUNNING, 2003), implica em desafios relevantes, uma vez que pode reduzir a capacidade do Estado de planejar e coordenar estratégias de Segurança Energética, entendido enquanto Centro de Decisão Energético (OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2015). Conforme abordado, as condições ideais de Segurança Energética devem incluir “a garantia da integridade e segurança da infraestrutura de energia (geração, distribuição e consumo), necessária para sustentar a Logística Nacional e a soberania do Estado” (OLIVEIRA, 2015, p.8).

Considerando o padrão do investimento chinês e as conceituações relacionadas à segurança energética, intenta-se avaliar, de forma breve, os impactos e desafios desses

⁶⁷ No início de 2017, a China anunciou que iria investir US\$ 360 bilhões em energia renovável até 2020. Ver reportagem Época, disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/10/por-que-china-esta-liderando-revolucao-de-energia-renovavel.html>> Acesso em 09 de dez. 2019.

capitais no sistema energético para a soberania nacional. Antes disso, entretanto, é importante apresentar questões relativas à geopolítica energética mundial e, mais especificamente, sobre a geopolítica do petróleo. Essa apresentação é fundamental, pois oferece tendências consideradas determinantes para a avaliação dos riscos e ameaças à soberania brasileira e ao controle do país sobre seus recursos naturais e petrolíferos (OLIVEIRA et al, 2017). De maneira geral, destacam-se quatro tendências principais: 1) aumento da competição entre os Estados, especialmente da competição global entre as grandes potências; 2) aumento da competição global entre as grandes potências pelo controle dos recursos energéticos; 3) aumento da competição entre as grandes potências pelo controle dos mares e oceanos; 4) aumento da competição global entre as grandes potências diante dos processos de formação de blocos regionais (OLIVEIRA et al, 2017).

As tendências, identificadas acima, reforçam o padrão histórico vinculado às disputas e tensões em torno do controle e da apropriação da renda petroleira (SAUER; RODRIGUES 2016; MARANHÃO, 2017). Ao mesmo tempo, verifica-se, nas últimas décadas, uma progressiva redução, em termos de participação na produção e controle sobre reservas petrolíferas, das principais empresas privadas petrolíferas (Shell, Exxon-Mobil, BP, Total e Chevron), que ao longo do século XX se constituíram enquanto as *majors* da indústria do petróleo (SAUER, 2016). Essa redução deu lugar ao incremento, em termos de produção e reservas, de empresas estatais. Entre as 10 maiores de empresa de petróleo em 2018, seis delas eram estatais⁶⁸ (ENERGY INTELLIGENCE, 2018). Se considerarmos as vinte maiores de empresas de petróleo, catorze são estatais (MARANHÃO, 2017) e controlam cerca de 80% das reservas mundiais de óleo (FIORI, 2018).

Nesse contexto de acirramento das disputas interestatais, os Estados-economias nacionais (FIORI, 2008) mobilizam as organizações nacionais - estatais, privadas ou mistas-, estabelecem uma aliança entre “capital e Estado” e as utilizam como vetores de projeção de poder internacional. Em outras palavras, a geopolítica energética mundial tem renovada importância nesse contexto de acirramento de disputas interestatais, conforme sugere, novamente, Fiori (2019):

O petróleo não é a causa de todos os conflitos do sistema internacional. Mas não há dúvida que a grande centralização de poder que está em curso dentro do sistema interestatal também está transformando a permanente luta pela “segurança energética” dos estados nacionais, numa guerra entre as grandes potências pelo

⁶⁸ As dez maiores empresas são: 1) Saudi Aramco (estatal); 2) National Iranian Oil Corp. (estatal); 3) CNPC (estatal); 4) ExxonMobil (privada); 5) PDVSA (estatal); 6) BP (privada); 7) Rosneft (estatal); 8) Shell (privada); 9) Gazprom (estatal); 10) Total (privada) (ENERGY INTELLIGENCE, 2018).

controle das novas reservas energética que estão sendo descobertas nestes últimos anos. Uma guerra que se desenvolve palmo a palmo, e em qualquer canto do mundo [...] Mas não há dúvida que as descobertas mais importantes e promissoras deste início de século, foram a das areias betuminosas do Canadá, do pré-sal brasileiro, e a do cinturão do rio Orinoco, na Venezuela. Se somarmos a isto o salto da produção americana de petróleo e de gás [...] entenderemos por que o continente americano está se transformando no novo grande foco da geopolítica energética mundial (FIORI, 2019, s/p.)

O continente americano, mais especificamente a América do Sul, vem se configurando, ao longo da segunda década do século XXI, enquanto um espaço de disputa geopolítica e geoeconômica (PECEQUILO, 2013). Nesse contexto, o subcontinente sul-americano encontra-se pressionado tanto pelo fenômeno da ascensão chinesa (VADELL, 2013) - com implicações diretas para a integração regional - como pela reorientação da América Latina para a Ásia (GUNDER-FRANK, 1998), que por sua vez direciona as economias regionais ao Pacífico, reduzindo os impulsos integracionistas e limitando o papel de líder ou potência regional do Brasil (PADULA, 2013).

No Brasil, a disputa pelo controle de recursos energéticos por parte das grandes potências se manifestou, por exemplo, em 2013, quando vazamentos publicados por Edward Snowden revelaram que a *National Security Agency* (NSA) espionava tanto a presidente Dilma Rousseff quanto a própria Petrobras⁶⁹. O objetivo da espionagem sobre a estatal brasileira, segundo reportagens à época, estava relacionado à tecnologia envolvendo a exploração em alta profundidade na camada pré-sal⁷⁰.

Diante desse contexto de acirramento das disputas interestatais em um contexto de transição sistêmica (ARRIGHI; SILVER, 2001) e de “explosão expansiva” (FIORI, 2008), torna-se imprescindível compreender como o Brasil tem lidado com essas transformações na estrutura de poder e riqueza internacional, sobretudo em relação aos seus recursos energéticos e petrolíferos. Isto porque, conforme recorda Costa (2019), a detenção e/ou domínio de reservas e de capacidade tecnológica e industrial de exploração e produção de petróleo permanece, há pelo menos um século, com um elevado significado estratégico.

A compreensão em relação às estratégias adotadas pelo Brasil frente às complexas disputas na geopolítica energética internacional torna-se crucial para traçar as perspectivas em relação ao pré-sal - que, conforme visto, já é a principal fonte de produção de petróleo nacional -, assim como para avaliar os impactos do IED chinês no setor de petróleo e gás. Parte-se do pressuposto que o petróleo é um bem público e estratégico (COUTINHO, 2018),

⁶⁹ Ver reportagem G1: <<https://glo.bo/2rigoenk>> Acesso em 16 de dez. 2019.

⁷⁰ Ver reportagem BBC Brasil: <<https://bbc.in/2Z8fiXA>> Acesso em 16 de dez. 2019

ao passo que a necessidade do controle soberano sobre a produção, reservas e tecnologia se exacerbam em um cenário de aprofundamento da competição interestatal.

Dada a centralidade do setor de petróleo e gás e da crescente significância do pré-sal brasileiro, Sauer e Rodrigues (2016) analisam os modelos regulatórios e as alternativas para o Brasil. Segundo os autores, os modelos regulatórios podem ser agrupados em quatro tipos básicos: i) contratos de concessão⁷¹; ii) de partilha de produção⁷²; iii) contrato de prestação de serviços⁷³; iv) monopólio estatal da produção. Atualmente, argumentam Sauer e Rodrigues (2016), nem o modelo de concessão nem o de partilha de produção - como aplicado no campo de Libra - garantem a hegemonia do interesse público. Seguindo no raciocínio dos autores, a contratação direta da Petrobras se configura como a alternativa mais adequada por permitir não somente a flexibilidade semelhante aos contratos de serviços, mas também pela prevalência do comando do Estado sobre a produção exportação de petróleo (SAUER; RODRIGUES, 2016).

Pode-se inferir que os modelos de partilha e de concessão não asseguram condições essenciais à garantia da soberania nacional, quais sejam, o controle das reservas e da produção de petróleo (MARANHÃO, 2017). Mesmo assim, interpreta-se que o regime de partilha, adotado no marco regulatório de 2010, garantia a Petrobras como operadora única do pré-sal (COUTINHO, 2018). Atualmente, todavia, o que se percebe é uma retirada do protagonismo da Petrobras tanto sobre o pré-sal (CAMPELLO, 2018) quanto sobre o setor energético como um todo.

Conforme citado, há em curso a execução de um projeto que retira da Petrobras a primazia sobre a área do pré-sal (CAMPELLO, 2018), sendo este reforçado por um “Planejamento Estratégico” de “desinvestimentos”, que acaba por enfraquecer a Petrobras enquanto uma empresa integrada de energia (COUTINHO, 2018; SAUER; RODRIGUES, 2016). A própria descoberta do pré-sal, na realidade, decorreu da estratégia da empresa, presente em Planos Estratégicos publicados a partir de 2003, de se consolidar como uma empresa integrada de energia, o que envolveria três pilares: i) ênfase em Exploração e Produção; ii) valorização do gás natural como substituto do petróleo no mercado interno,

⁷¹ Nos contratos de concessão, o petróleo produzido é de propriedade da empresa que adquire o direito de explorar o bloco ofertado em leilão (SAUER, RODRIGUES, 2016).

⁷² No contrato de partilha de produção, pelo qual todo o petróleo extraído é formalmente propriedade do Estado, este autoriza que se use parte da produção para reembolsar a empresa contratada pelos custos incorridos na exploração e produção (SAUER, RODRIGUES, 2016).

⁷³ Os contratos de serviços são firmados entre um governo e empresas petrolíferas internacionais dispostas a desempenhar as atividades de exploração e produção como prestadoras de serviços, sem direito ou controle sobre as reservas (SAUER, RODRIGUES, 2016).

visando liberar o petróleo, *commodity* internacional, para exportação, reserva ou evitar importação; iii) investimento em fontes renováveis, sobretudo biocombustíveis, eólica e solar, como forma de preparar a empresa para a transição energética (SAUER; RODRIGUES, 2016)

A lógica microeconômica e financeirizada (COUTINHO, 2018) da diretoria que assumiu a Petrobras em 2016 representa um retrocesso ao projeto anterior que a colocava como peça central na política energética e na política externa brasileira (CAMPELLO, 2018; FIORI, 2018), submetendo-a aos interesses especulativos - nacionais e internacionais - de curto prazo e retirando da mesma o seu papel estratégico. Sauer e Rodrigues (2016), novamente, recordam que

A venda de ativos vem desmontando o caráter de empresa integrada, o que contribuirá para transformar a Petrobras em uma empresa subordinada aos interesses de certos grupos que a disputam, como as elites do país e seus aliados internacionais, afastando-a do papel de instrumento de transformação da realidade social do Brasil. A melhor forma de destruir uma empresa é adquirir e constituir ativos em períodos de alta dos preços e vendê-los em períodos de baixa. A Petrobras está fazendo isso. (SAUER; RODRIGUES, 2016, p.214)

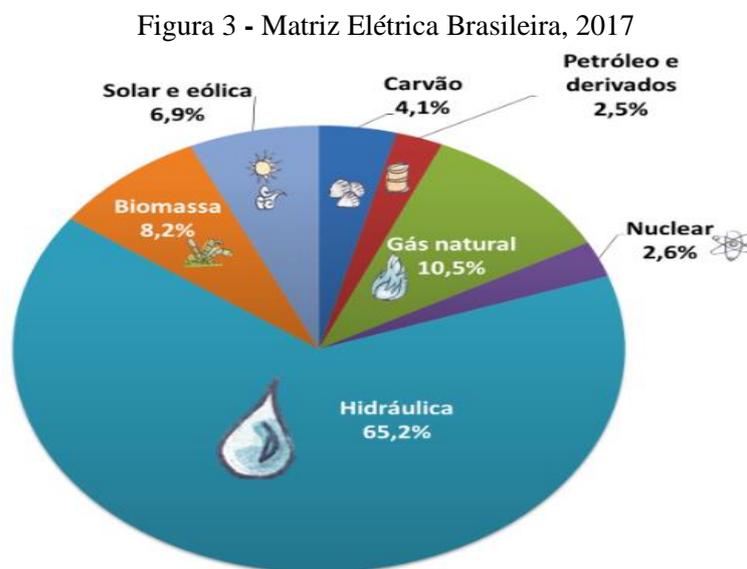
Nesse novo contexto, esvazia-se os projetos de cooperação energética com a China (SHOUJUN-MIRANDA, 2016) assentados na complementaridade econômica e tecnológica (FERNANDES, 2014), tal qual delineado em determinados acordos e documentos anteriormente analisados. Esses acordos, que previam o desenvolvimento e compartilhamento de novas tecnologias, bem como a realização de operações conjuntas em terceiros mercados, tendem a sofrer um relevante refluxo, à medida em que a empresa se encontra comprometida em reduzir a sua atuação internacional e seguir executando o seu projeto de desinvestimentos. Esvazia-se, da mesma forma, a atuação da Petrobras enquanto uma empresa integrada de energia (COUTINHO, 2018), relegando a mesma apenas operações de exploração e extração de petróleo. Os investimentos externos chineses no setor de petróleo e gás, nesse sentido, agravam a perda de controle do Estado brasileiro e da Petrobras sobre as imensas - e em parte ainda desconhecidas (SAUER; RODRIGUES, 2016) - reservas do pré-sal.

Resumindo, o IED chinês no setor de petróleo e gás - e mais especificamente no pré-sal -, atende aos interesses da Estratégia Energética da China, voltada à diversificação das fontes de importação de energia e de incremento de sua projeção econômica e política no sistema internacional (PAUTASSO; OLIVEIRA, 2008; LEITE; LIRA, 2011). O Brasil, na contramão da nova ordem energética mundial (FIORI, 2018), necessita reavaliar as decisões

relativas à segurança energética. Avalia-se como negativo o processo de enfraquecimento da Petrobras e de suas capacidades, ao passo que também se observa com preocupação o desmantelamento da própria capacidade do Estado brasileiro de planejar, coordenar e executar uma Estratégia de Segurança Energética de forma autônoma e soberana.

O desmantelamento do Centro de Decisão Energético também se manifesta quando se analisa a neoliberalização do setor elétrico (WERNER, 2019). Retornando à ideia de que as condições de Segurança Energética incluem a garantia da integridade e segurança da infraestrutura energética (OLIVEIRA, 2015), questiona-se se o IED chinês não acentua a perda de controle, por parte do Estado brasileiro, dos instrumentos necessários à garantia da segurança energética. Ora, é inimaginável pensar “o parque energético russo sendo controlado pelos americanos, nem o parque americano sendo controlado pelos chineses e nem o parque chinês sendo controlado pelos americanos” (PAUTASSO, 2018, s/p).

A questão dos desafios à soberania nacional relacionados à retirada do papel protagonista da Eletrobrás no setor elétrico (WERNER, 2019), se aprofunda uma vez considerado que o atendimento da demanda de base da energia elétrica do Brasil depende das usinas hidrelétricas e termelétricas (EPE, 2019).



Fonte: EPE⁷⁴.

Considerando a Figura 3, questiona-se o processo de delegação, ao setor privado ou mesmo às estatais chinesas, do comando da geração, operação e manutenção das usinas

⁷⁴ Disponível em: <<http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>> Acesso em 10 de dez. 2019.

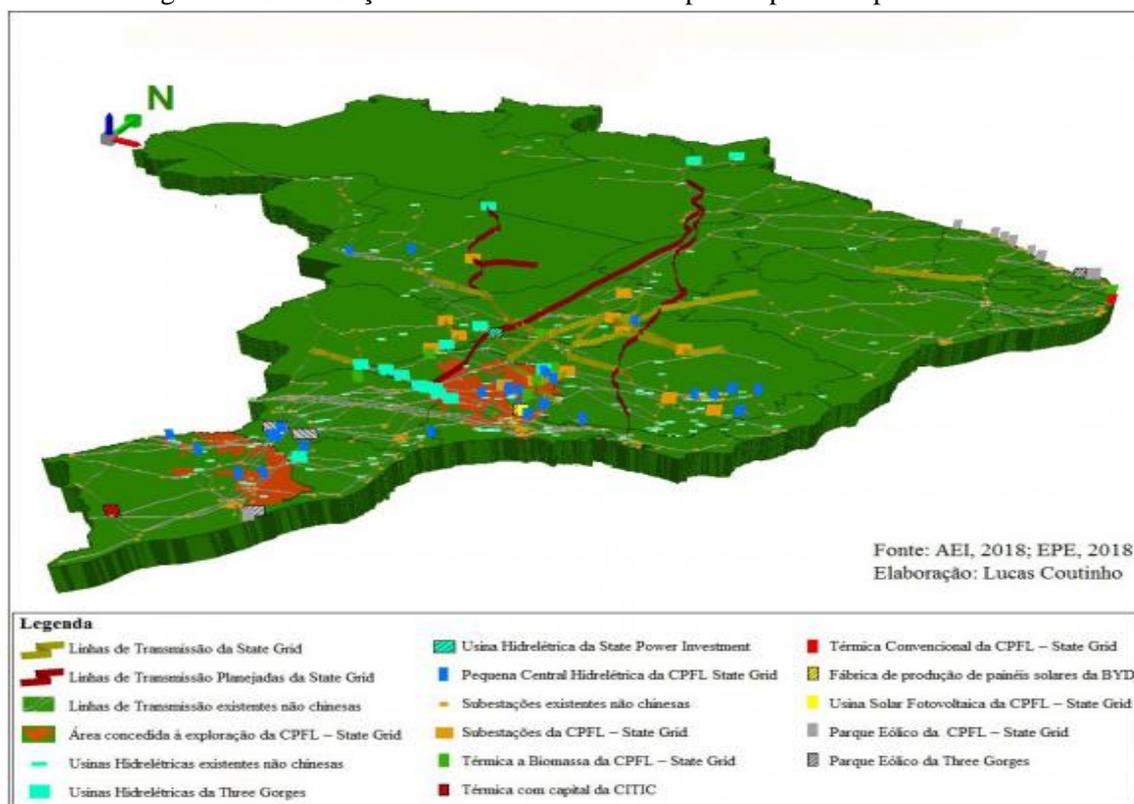
geradoras de energia elétrica no país (FISENGE, 2019). De forma mais específica, entende-se ser indispensável

(...) tecer considerações sobre o expressivo poder que seria delegado àqueles que dominarem o uso múltiplo das águas dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, que além de produzirem energia, regularizar vazões de incontáveis rios, abastecem milhares de cidades ribeirinhas, propiciam projetos de agricultura irrigada, viabilizam a criação de peixes por comunidades, incentivam turistas locais, geram trabalho, criam empregos, e ajudam na fixação de parcelas da população em áreas importantes da geografia nacional, além de infinitas outras. Isto sem mencionar a segurança desses reservatórios das usinas hidrelétricas, sem a referência estatal. [...] E se as empresas decidirem reduzir investimentos em segurança nas instalações porque pretendem apresentar balanços mais atraentes, encantar investidores, pagar bônus e dividendos incompatíveis com a realidade, comercializar suas participações e alterar seus destinos empresariais para ramos mais lucrativos e rentáveis da economia, em determinados momentos? A fiscalização, sem parâmetros públicos, de execução e operação seria suficiente? Certamente, não (FISENGE, 2019, s/p.)

Diante dessas considerações, infere-se que há riscos relacionados ao processo de privatização e venda de ativos nacionais no setor elétrico, uma vez que agrava o cenário de crescente perda da soberania do Estado sobre o território nacional (ENANPEGE, 2019). Isto porque a transferência de ativos como usinas hidrelétricas para empresas estrangeiras acaba por envolver uma série de questões relativas ao controle dos reservatórios das usinas e seus usos múltiplos (FISENGE, 2019), suscitando questões relativas à segurança energética do país (WERNER, 2019).

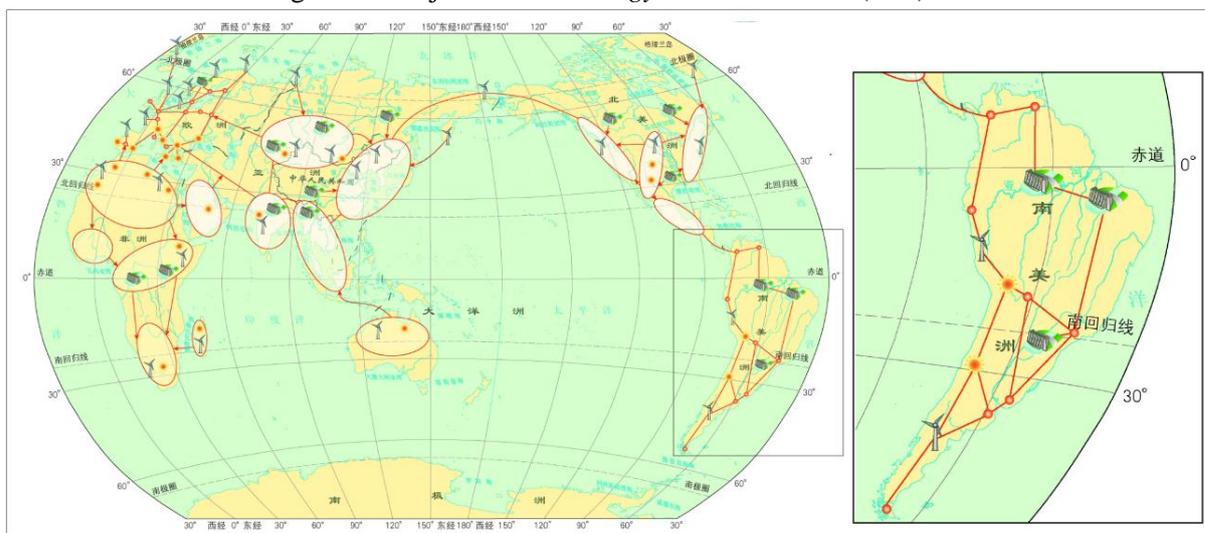
Reitera-se, novamente, a tendência identificada globalmente de reestatização do setor elétrico de diversos países (HALL, 2016; DIEESE, 2017), bem como a necessidade de controle da infraestrutura logístico-energética para a garantia da segurança energética de um Estado (OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2015). Ou seja, o Estado brasileiro, sob a alegação de ineficiência e de carência de recursos, promove uma agenda de privatização de recursos naturais e de infraestrutura estratégica para a apropriação de empresas estrangeiras que, à exemplo das chinesas, são de natureza estatal (CAETANO, 2019). A SGBH e a CTG, nesse sentido, tendem a despontar como as principais agentes do setor elétrico nacional (DIEESE, 2017), ainda mais se considerarmos o assertivo comportamento adotado pelas companhias chinesas nos leilões e processos licitatórios, que eliminaram as possibilidades de competição (SILVEIRA, 2019). A SGBH já controla mais de 13.000 km de linhas de transmissão, com presença cada vez mais marcante na região amazônica (MORENO, 2015).

Figura 4 - Localização das infraestruturas compradas pelas empresas chinesas.



Fonte: SILVA, 2019.

Em relação à geração e distribuição de energia hidrelétrica na Amazônia, entende-se que, assim como no caso do setor de petróleo, as estatais chinesas vêm logrando a sua integração em consórcios vencedores ou a aquisição de direitos de participação para a execução de projetos que tendem a estruturar os rumos, no médio e longo prazo, da política energética do Brasil (MORENO, 2015). A região Amazônia e o seu potencial hidrelétrico, argumentam Silveira (2018) e Silva (2019), encontra-se associado ao projeto chinês de interconexão energética global (GEI), por sua vez assentado na transmissão intercontinental de eletricidade através da tecnologia de Ultra Alta Tensão (UHV). Conforme dito, a estreia da transmissão de eletricidade em UHV ocorreu em 2019, antes mesmo do prazo previsto, transmitindo eletricidade da usina de Belo Monte aos centros consumidores na região Sudeste.

Figura 5 - Projeto *Global Energy Interconnection (GEI)*

Fonte: SILVA, 2019

Embora o presente trabalho não se dedique ao estudo do projeto GEI, se ressalta a necessidade de pesquisas voltadas ao seu entendimento, tanto sob a perspectiva brasileira quanto sob a ótica de projeção geopolítica e geoeconômica da China. O que se sublinha é que a pressão chinesa sobre o setor elétrico (SILVA, 2019), em um contexto de entrega e venda de ativos nacionais e estratégicos (CAETANO, 2019; WERNER, 2019), culmina na constatação de que foi permitido a China, no caso do linhão de Belo Monte, o controle, pelos próximos 30 anos - renováveis por mais 30 -, sobre parcela dos setores de geração, transmissão e distribuição de energia, ultrapassando os limites relativos à soberania e à segurança energética nacional (SILVEIRA, 2018). Aliado a isso, abre-se a possibilidade de, além da perda de controle sobre a infraestrutura logístico-energética, reduzir ainda mais a capacidade do Estado de exercer sua soberania em “vazios” demográficos na região da Amazônia (SILVEIRA, 2018), por sua vez entendida como um espaço de cobiça internacional em razão de sua biodiversidade, valor estratégico e presença recursos minerais e energéticos (AMIN, 2015).

Em suma, o Brasil, especialmente após as descobertas do pré-sal, tem deixado de aproveitar a oportunidade para se consolidar enquanto uma potência energética no sistema internacional (MARANHÃO, 2017). Isto porque o Brasil, já autossuficiente em termos de petróleo e gás e com a *expertise* - por meio da Petrobras - para explorar e extrair os recursos petrolíferos do pré-sal, ainda conta uma matriz energética renovável e com elevado potencial de expansão, ainda mais se levarmos em conta as condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento de fontes limpas de energia (eólica e solar, sobretudo), assim como o

potencial de exploração de fontes de energia a partir da biomassa (etanol)⁷⁵. Não menos relevante, o Estado brasileiro já havia provado, por meio de iniciativas como o Luz para Todos e da criação do Sistema Integrado Nacional (SIN), a sua capacidade de expandir a oferta interna de energia e ampliar o acesso à eletricidade por meio de empreendimentos assentados na tecnologia e na engenharia nacionais (FISENGE, 2019).

Contudo, o que se percebe, nos últimos anos, é a emergência de uma nova rodada de privatizações, que ameaça retirar a primazia das estatais sobre o sistema energético brasileiro. De um lado, há um crescente enfraquecimento da Petrobras e de sua atuação enquanto uma empresa integrada de energia (COUTINHO, 2018; SAUER; RODRIGUES, 2016), reduzindo a sua primazia no pré-sal e, conseqüentemente, incrementando a projeção de empresas estrangeiras, sobretudo as estatais chinesas (CNPC, CNOOC, Sinochem e Sinopec). De outro lado, há um enfraquecimento ainda mais elevado da Eletrobrás, com riscos reais à sua privatização, conforme sinalizado pela medida provisória que novamente a inseriu no Plano Nacional de Desestatização (PND) (DIEESE, 2017; WERNER, 2019).

Em conjunto, essas medidas reforçam a presença de capitais chineses no sistema energético brasileiro, uma vez que, facilitado o seu ingresso, estas acabam por se inserir no mercado energético brasileiro com o objetivo de atender aos imperativos de segurança energética chinesa. O gigante asiático, nesse sentido, acaba por não atuar como um parceiro do desenvolvimento nacional. Em outros termos, os investimentos chineses, na ausência de um projeto nacional de desenvolvimento (BRANDÃO, 2017; PAUTASSO, 2018; QUEIROZ, 2018), reduzem a capacidade do Estado brasileiro de planejar e promover Estratégias de Segurança Energética, deslocando ao plano externo o seu Centro de Decisão Energético.

⁷⁵ O Brasil, bem como salienta Maranhão (2017), desfruta de: i) um enorme potencial hidrelétrico; ii) condições excepcionais para o aproveitamento do sol, especialmente no Nordeste; iii) jazidas de urânio que estão entre as dez maiores do mundo; iv) ventos intensos, no Nordeste e no Sul, que possibilitam a construção de parques eólicos; v) milhares de hectares de terras agricultáveis para suprimento de energia, oriundo da biomassa, na produção de etanol e biodiesel. Tudo depende, contudo, de uma política energética coesa e alinhada ao interesse nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente trabalho buscou, por meio de uma análise sistêmica e vinculada à História Global, compreender *como* tem se dado a evolução dos investimentos externos chineses no sistema energético brasileiro, bem como *avaliar* as implicações e desafios desse processo para o desenvolvimento econômico e para a soberania. Considerando os 4C's descritos por Olstein (2015), se buscou, em um primeiro momento, *conectar* o processo de ascensão chinesa ao relacionamento sino-brasileiro, bem como suas implicações para o desenvolvimento das interações entre Brasil e China ao longo do século XXI, notadamente marcadas por avanços, recuos e redefinições, especialmente a partir de 2010.

Demonstrou-se que, entre 2000 e 2010, as relações entre o Brasil e o gigante asiático foram crescentemente recebendo conotações estratégicas, com elevação do intercâmbio comercial e com um adensamento do diálogo político-diplomático, especialmente em razão da convergência de interesses de ambos os países em elevar a sua condição na hierarquia de poder e riqueza internacional. Verificou-se, nesse sentido, que a altivez da política externa, caracterizada pelo lançamento de uma nova matriz diplomática (SILVA; REDIGIER, 2016) e por uma inserção internacional calcada na busca da autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), elevou a capacidade negociadora nacional, gerando alianças de geometria variável (SILVA; ANDRIOTTI, 2012) e incrementando o peso do país nas discussões relativas à agenda internacional. Por outro lado, se notou, por meio da apresentação de indicadores relativos ao comércio exterior e aos investimentos, a conformação de uma interdependência assimétrica (VADELL, 2013), com riscos, decorrentes do “efeito china” (CUNHA, 2011), à desindustrialização e a própria inserção regional do Brasil (PECEQUILO, 2013; PADULA, 2013).

Por meio da análise documental do relacionamento bilateral, foi possível notar que a parceria estratégica sino-brasileira desdobrou-se para o campo energético, conforme sugere a assinatura do Protocolo de Energia e Mineração (2009), assim como a relevância concedida à cooperação energética em outros acordos de natureza bilateral - como é o caso do Plano de Ação Conjunta (2010-2014) e do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021). A criação de uma Subcomissão voltada aos temas de energia e mineração no âmbito da Cosban também reforça a ideia de que a energia passou a representar uma área de interesse na cooperação bilateral, especialmente por parte dos chineses.

Esse paulatino interesse se evidenciou quando, no terceiro capítulo do presente trabalho, se demonstrou o ingresso acelerado de capitais chineses no sistema energético

brasileiro, com destaque para o setor elétrico e para o setor de petróleo e gás. Confirmou-se, por meio do mapeamento dos investimentos, a perspectiva de que a política *Going Global*, empreendida desde o início dos anos 2000, encontra-se voltada ao provisionamento de recursos minerais e energéticos essenciais ao desenvolvimento chinês, sugerindo uma estreita articulação entre segurança energética, política externa e estratégias de crescimento de longo prazo (CUNHA, 2011). A centralidade das estatais do setor de petróleo e gás (CNPC, CNOOC, Sinochem e Sinopec) e do setor elétrico (State Grid e CTG) sugere a manutenção da primazia do Estado chinês na coordenação de setores estratégicos (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; McNALLY, 2017), bem como a existência de determinantes estratégicos e geopolíticos na expansão do IED chinês (SANTOS; MILAN, 2014; RODRIGUES; HENDLER, 2018).

No que tange à avaliação das implicações e desafios, a interpretação é a de que o Brasil, especialmente a partir de 2016, carece de um projeto nacional de desenvolvimento, entendido como crucial para lidar com o fenômeno da ascensão chinesa e com sua crescente inserção no sistema energético brasileiro. Em relação ao setor de petróleo e gás, verificou-se que, na ausência de uma perspectiva estratégica e de longo prazo, o IED chinês, especialmente no pré-sal, tende a gerar o aumento da produção e a expansão das exportações de óleos brutos de petróleo para a China, sem, contudo, impactar o crescimento de outros setores da economia.

É necessário, bem como realizado pela China em seu processo de Reforma e Abertura, atrair os investimentos estrangeiros e associá-los a um projeto de desenvolvimento, que por sua vez inclua a primazia da Petrobras e da Eletrobras, de modo a alavancar as suas *expertises* em termos de tecnologia e engenharia nacionais. Em resumo, o IED não pode ser, de forma acrítica, agraciado como a “Madre Teresa do Capital Estrangeiro” (CHANG, 2009), uma vez que apresenta limitações e problemas, principalmente quando alocado pela forma de fusão e aquisição (*brownfield*) e, no caso brasileiro, em um contexto marcado pela falta de um projeto nacional consistente.

O Estado brasileiro, todavia, encontra-se engajado em adotar medidas que estão na contramão das políticas energéticas executadas por diversos Estados centrais, onde parece não haver dúvidas em relação ao significado de setor estratégico (PUTY, 2018). A falta de uma perspectiva estratégica e de visão de longo prazo (QUEIROZ, 2018) sugere inúmeros obstáculos para o Brasil lidar com os desafios da nova ordem energética mundial, por sua vez marcada pelo acirramento das disputas interestatais por recursos energéticos (FIORI, 2019; OLIVEIRA et al, 2017). Ao retirar a primazia da Petrobras (CAMPELLO, 2018) e o

seu papel enquanto uma empresa integrada de energia (COUTINHO, 2018; SAUER; RODRIGUES, 2016), resta a expansão das exportações de petróleo cru para China, esvaziando os possíveis efeitos de transbordamento do aumento da produção nacional de petróleo e gás em setores como a petroquímica e indústria naval. Em termos geopolíticos, se presencia uma redução no controle, por parte do Estado brasileiro, de suas reservas de petróleo, prejudicando a sua capacidade de implementar, de forma autônoma e soberana, Estratégias de Segurança Energética.

Igualmente relevante, avalia-se como negativo o processo de desnacionalização empreendido no setor elétrico, ainda mais se levarmos em conta a relevância da geração de energia hidrelétrica para a OIEE no país. Além da perda de controle sobre a infraestrutura energética, entendida enquanto central para a segurança energética de um Estado (OLIVEIRA, 2012; GALVÃO, 2008), há riscos associados ao controle, por parte de estatais de uma potência estrangeira, do regime de águas nacionais e dos usos múltiplos dos reservatórios das hidrelétricas (FISENGE, 2019). Não menos desafiador é a constatação de que distintos empreendimentos do setor elétrico, localizados na região Amazônica, demandam a mediação de conflitos sociais e promoção de políticas comprometidas com a sustentabilidade e a preservação do meio-ambiente.

O padrão do IED chinês no sistema energético brasileiro, marcado pela busca de recursos naturais e apropriação de ativos estratégicos, implica em relevantes desafios ao desenvolvimento à soberania, devendo haver, por parte do Estado brasileiro e da sociedade civil, uma política coesa de desenvolvimento nacional, a fim de atenuar os desafios e maximizar as potencialidades do relacionamento sino-brasileiro, à medida em que há complementaridades e interesses convergentes a serem explorados. Porém, caso persista a posição de agraciar o investimento chinês somente pela ótica de equilíbrio fiscal, os desafios tendem a se potencializar, com riscos à desindustrialização, à primarização da pauta exportadora, à regressão da estrutura produtiva e à inserção internacional subordinada, acentuando as já existentes assimetrias em termos de poder e riqueza.

Em suma, urge a necessidade de estabelecer mecanismos capazes de tornar a China uma parceria do desenvolvimento, tendo em vista o crescente protagonismo do país asiático no sistema internacional e de suas propostas voltadas à conformação de um projeto chinês de globalização, centrada, em sua etapa regional, na *Belt and Road Initiative* (PAUTASSO, 2019). O Brasil, que ao longo das últimas décadas já se mostrou ser um parceiro estratégico da China, pode, de forma pragmática, absorver os seus capitais excedentes, estabelecer projetos de cooperação no setor energético e impulsionar o desenvolvimento nacional. Há,

bem como salienta Maranhão (2017), espaço e condições para o Brasil se tornar uma potência energética em nível global.

Por fim, salienta-se a complexidade do tema e a grandeza dos objetos de estudos aqui trabalhados. Isto é, reconhece-se diversos limites associados ao trabalho, bem como desconsidera, por razões diversas, de distintos elementos e fatores associados à problemática de pesquisa, como, por exemplo, uma apresentação mais detalhada a respeito das matrizes energéticas de Brasil e China, bem como os planejamentos de ambos os países em termos de expansão do consumo de energia. Dessa forma, afirma-se que o presente trabalho ainda necessita de maior profundidade, assim como uma dedicação mais acentuada na coleta e análise de dados socioeconômicos, o que não invalida o esforço aqui empreendido e as possibilidades de pesquisa abertas com este estudo. Outros temas, igualmente relevantes e que não foram aqui abordados, dizem respeito aos desafios sociais e ambientais de diversos empreendimentos que passam a ser objeto de interesse chinês, sobretudo aqueles localizados na região Amazônica.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Mário Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século xxi. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 107, p.17-38, 1 set. 2015
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008
- ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times**. London: Verso, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria**. Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2014
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: Da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2005.
- BECARD, Danielly Silva Ramos; MACEDO, Bruno Vieira de. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 57, n. 1, p.143-161, 2014.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p.31-44, nov. 2011.
- BIJIAN, Zheng. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. New York, **Foreign Affairs**, vol.84, n.5, sep. 2005
- BOEIRA, Daniel Alves; WEISSHEIMER, Felipe Salvador. História do Tempo Presente - Simbioses, tessituras e conectividade. Uma entrevista com o professor Dilton Cândido Santos Maynard. **Revista Tempo e Argumento**, [s.l.], v. 7, n. 16, p.284-298, 4 abr. 2016
- BRANDÃO, Carlos Antônio. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cadernos Metrôpole**, [s.l.], v. 19, n. 38, p.45-69, abr. 2017.
- CAETANO, Bruna. **Estatais estrangeiras passam a controlar energia e petróleo no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/crise/estatais-estrangeiras-passam-a-controlar-energia-e-petroleo-no-brasil/>>. Acesso em: 03 dez. 2019
- CAMPELLO, Marcelo de Moura Carneiro. Atores, interesses e diferentes concepções sobre as reservas do pré-sal brasileiro: comparando os marcos regulatórios de 2010 e 2016. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p.06-30, 2018.
- CARDOSO, Daniel. China-Brazil: A Strategic Partnership in an Evolving World Order. **East Asia**, [s.l.], v. 30, n. 1, p.35-51, 14 dez. 2012

CHANG, Ha-Joon. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 37, n. 2, p.381-400, jun. 2017

CONRAD, Sebastian. **What is global history?**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2016

COSTA, Wanderley Messias da. **A Petrobrás e a indústria de petróleo no Brasil: geopolítica e estratégia nacional de desenvolvimento**. *Confins*, [s.l.], n. 39, 2 mar. 2019

COSTA PINTO, Eduardo. O Eixo Sino-Americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; COSTA PINTO, Eduardo; ACIOLY, Luciana (orgs.). **A China na Nova Configuração Global**. Impactos Políticos e Econômicos. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA). Brasília. 2010.

COUTINHO, Felipe. **Petróleo e Energia para o Desenvolvimento Soberano do Brasil**. 2018. Carta Maior. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Soberania-Nacional/Petroleo-e-Energia-para-o-Desenvolvimento-Soberano-do-Brasil-Propostas-da-AEPET-aos-candidatos-de-2018/46/41037>> Acesso em 01 de dez. 2019

CRUZ, Aline; TEIXEIRA, Erly; BRAGA, Marcelo. Os Efeitos dos Gastos Públicos em Infraestrutura e em Capital Humano no Crescimento Econômico e na Redução da Pobreza no Brasil. Brasília: **Economia**, v.11, n.4, p.163-185, 2010.

CUNHA, André; ACIOLY, Luciana. China: ascensão à condição de potência global. In: CARDOSO, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko (org.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionados**. IPEA, Livro 2, 2009.

CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p.9-29, nov. 2011.

DELGADO, Fernanda; FEBRARO, Júlia. **Cronos: China e as suas questões de segurança energética**. 2017. FGV Energia (Caderno Opinião). Disponível em: <http://www.fgv.br/fgvenergia/cronos_seguranca_energetica2/files/assets/common/download/publication.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

DOSSE, François. HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E HISTORIOGRAFIA. **Revista Tempo e Argumento**, [s.l.], v. 04, n. 01, p.05-22, 1 jun. 2012

DUNNING, John H. **Regions, Globalization, and the Knowledge-Based Economy**. 2003. Oxford University Press, 2003

ENANPEGE. **Proporção do capital privado sobre a propriedade da infraestrutura elétrica do país: perda de controle do estado sobre o território**. 2019. Disponível em: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562986752_ARQUIVO_Tra>

balhoCompletoENANPEGE201912.07.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

FAIRBANK, John; GOLDMAN, Merle. **China: A New History**. The Belknap Press, 2008.

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE). **Atual matriz energética, capacidade de intervenção do Estado e soberania do Brasil**. 2019. Jornal GGN. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/politica/atual-matriz-energetica-capacidade-de-intervencao-do-estado-e-soberania-do-brasil/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

FERNANDES, Carla. A China e o Brasil: Parceiros Estratégicos na Energia. **Nação e Defesa**, Porto, n. 138, p.151-175, 2014.

FIORI, José L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.

FIORI, José Luís. **Geopolítica e fé**. 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/01/geopolitica-e-fe-por-jose-luis-fiori/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

FIORI, José Luís; **Petróleo: números, tendências e estratégias**. 2018. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/petroleo-numeros-tendencias-e-estrategias/>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

GALVÃO, Thiago. A indivisibilidade da segurança internacional: desenvolvimento e mudanças climáticas no espaço amazônico. **Meridiano 47**, n.46, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3261/2946>> Acesso em 01 de dez. 2019.

GOLDEMBERG, José. Energia e desenvolvimento. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 12, n. 33, p.7-15, ago. 1998

GÓMEZ, José María; CHAMON, Paulo Henrique; LIMA, Sérgio Britto. Por uma Nova Ordem Energética Global?: Potencialidades e Perspectivas da Questão Energética entre os Países BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p.531-572, 2012

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na Era de Gigantes**. Contraponto, 2006.

GUNDER FRANK, André. **ReOrient: Global Economy in the Asian age**. Berkeley: University of California Press, 1998.

HAIBIN, Niu. Emerging Global Partnership: Brazil and China. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. , p.183-192, dez. 2010

HALL, David. **Public ownership of the UK energy system: benefits, costs and processes**. Public Services International Research Unit (PSIRU). 2016. Disponível em: <<https://www.psiru.org/sites/default/files/2016-04-E-UK-public.pdf>> Acesso em 03 de dez. 2019.

HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press Inc. New York, 2005.

JAGUARIBE, Anna (org.). **Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Editora Objetiva Ltda. Rio de Janeiro. 2011

LEITE, Alexandre César Cunha; LIRA, Ellene Martins de. A corrida chinesa em busca de energia: a evolução da política energética chinesa em direção à África, América do Sul e Brasil. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p.31-51, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. A política externa brasileira no ciclo do Partido dos Trabalhadores: continuidades, inovações e retrocessos (2003-2016). **Política**, n. 05, março de 2017.

LIAO, Si. **Parceria Brasil-China: A questão do petróleo**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Puc-sp, Unesp e Unicamp, São Paulo, 2015.

LIMA, Maria Regina Soares. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto internacional**, 1990, p.07-28

MEIDAN, Michal. **China's loans for oil: asset or liability?**. Oxford: The Oxford Institute for Energy Studies, 2016. 19 p.

MACADAR, Beky M. Barmaimon de. **Investimentos chineses em expansão no Brasil e no RS**. 2018. Carta de Conjuntura FEE. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/investimentos-chineses-em-expansao-no-brasil-e-no-rs/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MARANHÃO, Ricardo. **Petróleo, Petrobras, Tecnologia e Soberania Nacional**. 2017. Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET). Disponível em: <<https://www.aepet.org.br/w3/index.php/artigos/artigos-da-aepet-e-colaboradores/item/1060-petroleo-petrobras-tecnologia-e-soberania-nacional>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

McNALLY, Christopher. Sino capitalism: China's reemergence and the International Political Economy. **World Politics**, 64, no. 4 (october 2012), 741–776

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. Impactos da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1, p.28-42, 2015.

MINARD, Philippe. Holandeses e javaneses, história de um encontro incerto. In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. **Por uma história-mundo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 55-61.

MORENO, Camila. **O Brasil Made in China: Para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

NETO, Tomaz E.; CRUZ, Karla. Oportunidades e desafios da relação Brasil-China no setor energético (2003-2014). **Revista de Estudos Internacionais**, vol.8, n.2, 2017. p.33-54

NOGUEIRA, Alberto Marcos; HAFFNER, Jacqueline A.. O papel do Estado Chinês nos investimentos externos diretos (IDE) na América Latina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, São Paulo. **Anais....** São Paulo: Eca, 2016. p. 1 - 15.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, p.7-30, jun. 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil e China: uma nova aliança não escrita?. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, n. 2, p.88-106, dez. 2010.

OLIVEIRA, Lucas. **Energia como recurso de poder na política internacional: Geopolítica, Estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. Geopolítica Energética dos Países Emergentes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: Ufrgs, 2015

OLSTEIN, Diego. **Thinking history globally**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015

PADULA, Raphael. A Geopolítica da Bacia do Pacífico e a integração regional na América do Sul. Foz do Iguaçu, **RevIU**, vol. 1, n.2, 2013, p.30-47.

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p.361-398, 2008.

PAUTASSO, Diego. **Investimento chinês no Brasil é bem-vindo, desde que não ameace a soberania nacional**. 2018. Disponível em:

<<https://br.sputniknews.com/economia/2018032210802959-economia-investimento-estrangeiro-energia-infraestrutura-industria-estrategia/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

PAUTASSO, Diego. A Nova Rota da Seda e seus desafios securitários: os Estados Unidos e a contenção do eixo Sino-Russo. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, [s.l.], v. 7, n. 2, p.85-100, 10 ago. 2019

PECEQUILO, Cristina. A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, vol.8, n.2, 2013, p. 100-115

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 2, p.136-153, dez. 2008.

PUTY, Cláudio. **A Estratégia de Internacionalização de Estatais Chinesas e o Brasil**. IPEA: Boletim de Análise Político-Institucional, n. 15, 2018.

QUEIROZ, Renato. **A carência de uma política estratégica para o setor energético brasileiro**. 2018. Disponível em: <<https://infopetro.wordpress.com/2018/08/22/a-carencia-de-uma-politica-estrategica-para-o-setor-energetico-brasileiro/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

QUINTANA, Juan Uriburu. China's Strategic Partnerships in Latin America:: Energy Resources and Food Security (1990-2010). In: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 22., 2012, Madrid. **Proceedings...** . Madrid: Ipsa, 2012

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; RIBEIRO, Pedro Feliú. As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação. **Carta Internacional**, Brasília, v. 8, n. 1, p.165-187, jun. 2013.

RIBEIRO, Luci. **CWEI comprará 49% em parques eólicos da EDP Renováveis**. 2015. Exame. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/cwei-comprara-49-em-parques-eolicos-da-edp-renovaveis/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; HENDLER, Bruno. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p.5-25, 2018.

SANTOS, Leandro Teixeira dos; MILAN, Marcelo. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p.457-486, dez. 2014.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. **Tempo**, [s.l.], v. 23, n. 3, p.483-502, dez. 2017.

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? Lisboa: **Relações Internacionais**, n. 44, dez. 2014.

SAUER, Ildo.; RODRIGUES, Larissa. Pré-Sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. São Paulo: **Estudos Avançados**, v.30, n.88, 2016, pp.185-229.

SAUVANT, K. P., CHEN, V. Z. **China's Regulatory Framework for Outward Foreign Direct Investment**. Columbia Center on Sustainable Investment, feb./2014.

SCHUTTE, Giorgio Romano; DEBONE, Victor Sant'anna. A expansão dos investimentos externos diretos chineses: O caso do setor energético brasileiro. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 44, p.90-113, nov. 2017.

SHOUJUN, Cui; MIRANDA, Otávio Costa. Enquadrando a cooperação energética sino-brasileira: perspectivas chinesas. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.9-33, 2016.

SILVA, André; RIEDIGER, Bruna. **Política Externa Brasileira: uma introdução**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A Cooperação Sul-Sul na política externa do governo Lula (2003-2010). **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 3, n.

14, p.69-93, nov. 2012.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: A Diplomacia Multidimensional do Governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p.143-184, abr. 2015.

SILVA, Lucas Coutinho Marcelino da. A pressão chinesa sobre o setor elétrico brasileiro. **Confins**, [s.l.], n. 501, 7 set. 2019

SILVEIRA, Laura Cristina Feindt Urrejola. **Laços e traçados da China no Brasil:** implantação de infraestrutura energética e a componente socioambiental. 2018. 243 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SMIL, Vaclav. **Energy Transitions: History, Requirements, Prospects**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental:** potências emergentes e a nova ordem global. Tradução Renato Aguiar. 1.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império**. A decomposição do sistema americano. Editora Record. Rio de Janeiro. 2003

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo; NEVES, Pedro. The international implications of the Chinese model of development in the Global South: Asian consensus as a network power. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.57, p.91-107. Brasília. 2014.

VADELL, Javier. **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI:** diferentes dimensões de um mesmo processo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

VADELL, Javier A. The North of the South: The Geopolitical Implications of “Pacific Consensus” in South America and the Brazilian Dilemma. **Latin America Policy**, Monterrey, v. 4, n. 1, p.36-56, 01 maio 2013.

VANDERLEI, Gary Rainer Chumacero. **State Grid:** A inserção chinesa no setor elétrico brasileiro. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.273-335, dez. 2007

VISENTINI, Paulo F. **As relações diplomáticas da Ásia**. Articulações regionais e afirmação mundial. Editora Fino Traço. Belo Horizonte. 2012.

WERNER, Deborah. Neoliberalização da infraestrutura na reconfiguração do setor elétrico brasileiro (1990-2018). ENANPUR, 18., 2019, Natal. **Anais....** Natal: ENANPUR, 2019.

WOLF, Caio M. Brasil e China: das relações comerciais ao avanço dos investimentos

diretos chineses no Brasil. ENANPEGE, 13., 2019, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: ENANPEGE, 2019.

YIWEI, Wang. **The Belt and Road Initiative**. What Will China Offer the World In Its Rise. New World Press. 2016

FONTES DOCUMENTAIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP). **Anuário Estatístico Brasileiro: Do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. Rio de Janeiro: Anp, 2019. 264 p.

BP. **BP Statistical Review – 2019**: China’s energy market in 2018. 2019. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-china-insights.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

CEPAL. **Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China**. Santiago: Naciones Unidas, 2018a. 100p.

CEPAL. **La inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2018. 213p.

CGIT. **China Global Investment Tracker**. 2019. American Enterprise Institute. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>> Acesso em 30 de out. 2019

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil 2007-2012**. Rio de Janeiro: CEBC, 2010. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2010/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2007-2012/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil 2011**. Rio de Janeiro: CEBC, 2012. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2012/07/12/investimento-chineses-no-brasil-2011/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil 2012-2013**. Rio de Janeiro: CEBC, 2014. Disponível em: <<http://cebc.org.br/2014/07/12/investimento-chineses-no-brasil-2012-2013/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil 2014-2015**. Rio de Janeiro: CEBC, 2017. Disponível em: <<https://cebc.org.br/2017/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2014-2015/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil 2016**. Rio de Janeiro: CEBC, 2017. Disponível em: <<https://cebc.org.br/2018/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2016/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil 2017**. Rio de Janeiro: CEBC, 2018. Disponível em: <<https://cebc.org.br/2018/12/11/investimentos-chineses-no-brasil-2017/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL CHINA. **Investimentos Chineses no Brasil 2018**. Rio de Janeiro: CEBC, 2019. Disponível em: <<https://cebc.org.br/2019/09/23/chinese-investments-in-brazil-2018-the-brazilian-framework-in-a-global-perspective/>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (CEBC). **Perspectivas para a China no setor energético**. 2017. Carta Brasil-China, edição 18. Disponível em: <http://cebc.org.br/sites/default/files/cartabrasilchina_ed18_.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DIEESE. **Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico brasileiro**. 2017. Nota técnica - número 173. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec173PrivatizacaoSetorEletrico.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

DIEESE. **Um novo cenário da indústria petroquímica brasileira está sendo desenhado**. 2018. Nota técnica - número 196. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec196petroquimica/index.html?page=1>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Balanco Energético Nacional: Relatório Síntese/Ano base 2018**. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia, 2019. 67 p.

EXAME. **Chinesa tem pressa para comprar hidrelétrica Santo Antônio**. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/blog/primeiro-lugar/chinesa-tem-pressa-para-comprar-hidreletrica-santo-antonio/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ENERGY INTELLIGENCE. **Release of Energy Intelligence Top 100: Global NOC & IOC Rankings**. 2018. Disponível em: <<http://www.energyintel.com/pages/top100-2018.aspx>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Comex Vis: Países Parceiros**. 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: Análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016. 480 p.

PELLEGRINI, Josué Alfredo. **RESERVAS INTERNACIONAIS DO BRASIL: EVOLUÇÃO, NÍVEL ADEQUADO E CUSTO DE CARREGAMENTO**. Brasília: Instituição Fiscal Independente, 2017. 32 p. Estudo Especial, número 1. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529487/EE_Reservas_Internacionais.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2019.

UNCTAD. **Methodological Note**: World Investment Report. 2017. Disponível em: <https://unctad.org/en/PublicationChapters/wir2017chMethodNote_en.pdf> Acesso em 30 de out. 2019.